

ATO 25  
2001

# Participação dos Chefes Tradicionais no Processo do Desenvolvimento Rural: o Caso do Distrito de Cheringoma, 1994 - 1999

Projecto de Investigação Apresentado em Cumprimento Parcial dos Requisitos para a  
Obtenção do Grau de Licenciatura em Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane

Por  
**Salvador Cadete Fôrquilha**

Supervisor:  
**Prof. Doutor Luís de Brito**

U.E.M. - UFIGS
R. E. 462)
DATA 20/07/05
AQUISIÇÃO Oferta
COTA ATO-25



UNIDADE DE FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**  
Maputo, Maio de 2001

U.E.M. - UFIGS
R. E.
DATA
AQUISIÇÃO
COTA

AT 9

25.2001

## DECLARAÇÃO

Declaro que este Projecto de Investigação nunca foi apresentado, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ele constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

## AGRADECIMENTOS

Quero endereçar agradecimentos especiais àqueles que, duma forma muito pessoal, deram um contributo valioso para a materialização deste trabalho.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu supervisor o **Prof. Doutor Luís de Brito**, que, com muita dedicação, deu o melhor de si para que este trabalho se tornasse realidade. Aliás, ao **Prof. Doutor Luís de Brito** não só vão os meus agradecimentos, como também toda a minha admiração e reconhecimento pelas qualidades excepcionais que mostrou ao longo do tempo que me acompanhou; qualidades não só do ponto de vista académico, como também do ponto de vista humano. Por isso, Professor, digo-lhe muito obrigado, porque de si aprendi muito.

Agradeço, igualmente, ao **Prof. Doutor Rafael da Conceição** pelos comentários e sugestões com vista ao melhoramento do trabalho; ao **Prof. Doutor João de Pina Cabral**, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, por aquelas sessões das aulas de Antropologia do Simbólico e de Antropologia do Urbano, ao longo das quais, surgiu o interesse pelo tema do presente Projecto de Investigação; ao **Dr. Cristiano Matsinhe**, por ter aceite corrigir os meus primeiros rascunhos e por ter lido e comentado o texto final; ao **Dr. João Pereira**, que, com muita amizade, sempre esteve disponível a ler e comentar os meus rascunhos, dando pistas de reflexão; e ao **Dr. Obede Baloi**, pelo encorajamento, particularmente, nos primeiros momentos de concepção deste Projecto. A vocês e a todos os meus professores muito obrigado.

Os meus agradecimentos especiais vão, igualmente, às **Fundações Ford e Kellog**, que, através do **Núcleo de Estudos de Terra e Desenvolvimento (NET)**, deram o apoio financeiro necessário para a realização deste trabalho.

Finalmente agradeço à minha **família**, aos **amigos**, especialmente à **Bela** por todo o apoio, carinho, amor e coragem que me deram ao longo destes cinco anos. Vocês estão no meu coração. Muito obrigado.

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu pai Domingos Cadete e à minha mãe Victória Gomes

## RESUMO

O insucesso dos programas e projectos de desenvolvimento em Moçambique, particularmente nas zonas rurais, confirmado pelo empobrecimento cada vez maior de grande parte da população rural, leva ao questionamento dos próprios discursos e práticas recorrentes sobre o desenvolvimento e a postular outro tipo de abordagens que nos permitam compreender o processo do desenvolvimento rural como algo de complexo, onde encontramos não só uma diversidade de actores, como também de lógicas e estratégias de interacção. É a este nível que se situa o presente Projecto de Investigação, no qual procuramos analisar a participação dos chefes tradicionais, enquanto actores sociais, no processo do desenvolvimento rural no distrito de Cheringoma. O trabalho procura perceber em que medida é que os chefes tradicionais participam no processo do desenvolvimento rural e que relevância tem a sua participação para a dinamização desse processo a nível das suas comunidades.

Tomando a análise situacional como a nossa principal perspectiva teórica, os resultados do pré-inquérito (trabalho de campo) corroboram, em grande medida, a nossa hipótese de trabalho. Assim, o estudo mostra que os chefes tradicionais recriam, reinterpretam, negociam as suas funções político-religiosas, o seu status, no contexto dos discursos e práticas do desenvolvimento rural e passam a constituir um ponto de referência importante para a participação das suas comunidades no processo do desenvolvimento. Neste sentido, o poder/autoridade tradicional surge como algo de dinâmico em constante recriação, negociação, no mundo rural, incorporando novas significações ao longo do processo histórico.

O trabalho divide-se em quatro capítulos, nos quais, além de descrever o local da realização de investigação, procuramos fazer uma revisão bibliográfica, a construção do quadro teórico e a análise do material recolhido na fase do pré-inquérito (trabalho de campo). Além dos quatro capítulos, existe uma introdução onde pomos a nossa problemática, os objectivos do estudo, a delimitação do objecto de estudo, a questão de partida, a hipótese de trabalho, a justificação do estudo e a metodologia empregue. E, finalmente, o nosso trabalho apresenta algumas considerações finais, que, mais do que conclusões, constituem pistas de reflexão para futuros trabalhos relacionados com o tema.

## **ABREVIATURAS**

**ACNUR** – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

**CEDES** – Comité Ecuménico para o Desenvolvimento Social e Emergência

**DINAGECA** – Direcção Nacional de Geografia e Cadastro

**GTZ** – Cooperação Técnica Alemã

**INDER** – Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural

**MAE** – Ministério da Administração Estatal

**NDA** – Núcleo do Desenvolvimento Administrativo

**ONG** – Organização Não-Governamental

**ORAM** – Associação Rural de Ajuda Mútua

**PDD** – Projecto de Descentralização e Democratização

**PMA** – Programa Mundial de Alimentação

**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**PRRS** – Programa de Reconstrução e Reintegração Social

**PRODER** – Programa de Desenvolvimento Rural

## **LISTA DE ANEXOS**

1. Guião de Entrevistas
2. Lista dos Entrevistados
3. Resultados “Legislativas” e “Presidenciais” referentes ao distrito de Cheringoma, ano de 1994
4. Mapas

## ÍNDICE

Declaração

Agradecimentos

Dedicatória

Resumo

Abreviaturas

Lista de Anexos

Introdução.....	1
Capítulo I – O Distrito de Cheringoma: Breve Caracterização.....	7
1. Situação Geográfica, Aspectos Históricos e Divisão Administrativa.....	7
2. Situação Política.....	9
3. Situação Económica e População.....	10
Capítulo II – A Questão do Poder/Autoridade Tradicional em Moçambique: as Tendências do Debate.....	13 ✕
Capítulo III – Os Chefes Tradicionais do Ponto de Vista da Análise Situacional e Alguns Conceitos.....	20 ✕
Capítulo IV – Os Chefes Tradicionais e o Processo do Desenvolvimento Rural..	31 ✕
1. As Funções Político-Religiosas Face aos Discursos e Práticas do Desenvolvimento Rural.....	31
2. A Relação com as Comunidades.....	37
3. A Relação com as ONG's, Organismos de Cooperação, Governo e a Participação em Projectos do Desenvolvimento.....	43
Conclusão.....	48
Bibliografia.....	51
Anexos.....	57

## INTRODUÇÃO

À semelhança do que aconteceu com a maioria dos países da África Sub-sahariana na década de 60, a independência nacional de Moçambique, em Junho de 1975, criou nos moçambicanos uma série de expectativas relativamente a uma vida melhor a todos os níveis. O optimismo, de alguma maneira, era generalizado particularmente no seio da classe política, onde se pensava que a curto prazo havia de se ganhar a batalha contra o subdesenvolvimento<sup>1</sup>. Contudo, 25 anos após a independência nacional, os resultados das políticas do desenvolvimento adoptadas parecem pouco encorajadores. A título de exemplo, em 1998, o rendimento anual per capita estava calculado em 213 USD, numa população onde 70% vive em pobreza absoluta, com uma esperança de vida calculada em 45,2 anos e uma taxa de mortalidade infantil de 147 por 1 000<sup>2</sup>. Parafraseando Casal, diríamos que são 25 anos de expectativas adiadas<sup>3</sup>.

Um marco importante a destacar nesses 25 anos de expectativas adiadas é o conflito armado recentemente terminado que destruiu grande parte das infra-estruturas, particularmente na zona rural. Após a assinatura do Acordo Geral de Paz em Outubro de 1992, começou todo um processo de reconstrução e ajuda humanitária protagonizado por ONGs, Agências de Desenvolvimento e o próprio Governo com maior incidência para a zona rural. Contudo, 8 anos após o fim do conflito armado o espectro da pobreza ainda marca o quotidiano das comunidades rurais.

Ora, este cenário leva, de alguma maneira, a questionar os próprios discursos e práticas recorrentes sobre desenvolvimento, eminentemente economicistas e a postular outro tipo de abordagens capazes de abranger dimensões que escapam ao puramente económico e que se revelam extremamente pertinentes. Entre essas abordagens, temos a abordagem da Antropologia que tem vindo a sugerir “desde há duas décadas que o extra-económico e as dinâmicas internas de uma sociedade subdesenvolvida são

---

<sup>1</sup> Pense-se, por exemplo, no PPI, PRE/PRES, embora em contextos diferentes. A este propósito, para mais detalhes, Vide CASTELO-BRANCO, 1995, Carlos Nuno, “Opções Económicas de Moçambique, 1975 – 1995: Problemas, Lições e Ideias Alternativas” in MAZULA, Brazão (Ed.), *Eleições, Democracia e Desenvolvimento*, Maputo: Inter-Africa Group, pp. 581 – 636.

<sup>2</sup> BOLETIM INFORMATIVO DO JUBILEU 2000, Junho de 2000, “Factos e Actos”. *Campanha Moçambicana*, Maputo.

<sup>3</sup> CASAL, Adolfo Yanes, 1996, *Antropologia e Desenvolvimento. As Aldeias Comuns de Moçambique*, Lisboa: Ministério da Ciência e Tecnologia, Instituto de Investigação Científica Tropical.

campos de estudo sem os quais os processos implicados no binómio desenvolvimento-subdesenvolvimento não podem ser plenamente compreendidos"<sup>4</sup>. De facto, desenvolvimento, hoje, revela-se como um processo complexo e multidimensional, que envolve uma diversidade de actores sociais com representações, lógicas, estratégias e dinâmicas próprias.

Neste contexto, face ao fluxo crescente de ajuda para desenvolvimento e multiplicação de projectos de combate à pobreza junto das comunidades rurais, a compreensão da complexidade do desenvolvimento, enquanto fenómeno social, passa pela análise de forças sociais endógenas<sup>5</sup> das populações alvo. Essas forças sociais endógenas constituem o que se pode chamar a própria estrutura social das populações em causa, envolvendo simultâneamente as dimensões do parentesco, do simbólico, do económico e do político. Estrutura social entendida, aqui, não como algo de fixo e inalterável, mas, sim, como algo que se vai criando e recriando constantemente incorporando novas significações. No interior dessa estrutura social existe uma série de processos sociais de interacção, que, no âmbito do desenvolvimento rural, precisam de ser analisados e compreendidos. E alguns desses processos sociais de interacção se passam a nível do que se chama poder/autoridade tradicional, duma maneira geral, e, particularmente, a nível da relação que se estabelece entre os chefes tradicionais e as suas respectivas comunidades, por um lado, e, por outro, entre os chefes tradicionais e aqueles que concebem e executam os projectos do desenvolvimento.

Não obstante todo o debate actual e as posições assumidas em volta do poder/autoridade tradicional em geral e, duma maneira especial, os chefes tradicionais, julgamos tratar-se duma realidade que não pode ser ignorada em projectos do desenvolvimento rural e políticas de combate à pobreza, pelo facto de os chefes tradicionais constituírem um dos elementos importantes com grande influência junto

---

<sup>4</sup> CASAL, Adolfo Yanes, Op. Cit. p. 12.

<sup>5</sup> Importa frisar aqui que as forças sociais endógenas devem ser vistas sempre numa perspectiva de interacção com as forças exógenas. E a propósito da insistência na análise de forças sociais endógenas para a compreensão do fenómeno do desenvolvimento, vide OLIVIER DE SARDAN, J.P., 1997, *Anthropologie et Développement. Essai en Socio-anthropologie du Changement Social*, Paris: Karthala; CASAL, Adolfo Yanes, Op. Cit.. Na mesma linha, KI-ZERBO, Joseph (dir), 1992, *La Nette des Autres. Pour un Développement Endogène en Afrique*, Dakar: CODESRIA, vai mais longe e realça o carácter endógeno que todo o processo do desenvolvimento deve assumir e, para o caso africano, ele, na perspectiva do Centre de Recherche pour le Développement Endogène, sublinha que "le développement africain sera endogène ou ne sera pas".

das comunidades rurais, onde muitas vezes a presença e a influência do Estado pouco se faz sentir. E numa altura em que se fala de participação comunitária em projectos do desenvolvimento pensamos ser pertinente uma análise da participação dos próprios chefes tradicionais, aqueles que ainda continuam a ser ponto de referência, a nível simbólico, para muitas populações do mundo rural.

É neste âmbito que surge a questão fundamental para este estudo, em que nos propomos a analisar e compreender as lógicas e dinâmicas de participação dos chefes tradicionais no processo do desenvolvimento rural, a articulação das suas funções político-religiosas com os discursos e práticas do desenvolvimento, procurando ver o seu papel em todo este processo.

Assim, este estudo tem como objectivos gerais: *analisar a dinâmica das forças sociais endógenas das comunidades rurais no contexto do desenvolvimento rural; identificar e analisar o papel que os chefes tradicionais desempenham no processo do desenvolvimento rural procurando perceber até que ponto eles (os chefes tradicionais) constituem ou não um factor dinamizador do processo em causa.* No que respeita aos objectivos específicos, o estudo procura: *entender a maneira como os chefes tradicionais articulam as suas funções político-religiosas com os discursos e práticas do desenvolvimento; analisar o tipo de relação que se estabelece entre os chefes tradicionais e as suas respectivas comunidades, por um lado, e entre os chefes tradicionais e aqueles que concebem e implementam os projectos de desenvolvimento, por outro lado; e, finalmente, ver até que ponto é que a participação dos chefes tradicionais no processo do desenvolvimento rural tem um impacto significativo na maneira como as suas respectivas comunidades participam no processo do desenvolvimento, como um todo, no distrito de Cheringoma.*

Assim sendo, procurámos formular a nossa questão de partida nos seguintes termos: *em que medida é que os chefes tradicionais participam no processo do desenvolvimento rural e que relevância tem a sua participação para a dinamização desse processo a nível das suas respectivas comunidades?* E avançámos a seguinte hipótese de trabalho: *Confrontados com o processo do desenvolvimento rural, enquanto forma de mudança social, os chefes tradicionais recriam e reinterpretam, no seio das suas comunidades, as suas funções político-religiosas no contexto dos discursos e práticas*

*do desenvolvimento e passam a exercer uma influência significativa na maneira como essas comunidades participam no processo do desenvolvimento.*

Neste estudo, o nosso interesse consiste, fundamentalmente, em ver os chefes tradicionais como actores sociais, que são confrontados com discursos e práticas do desenvolvimento, face aos quais eles desenvolvem determinado tipo de acções e reacções, lógicas e estratégias. Muito embora tenhamos consciência da importância da percepção do que foi e é o poder/autoridade tradicional ao longo do processo histórico moçambicano, não entraremos no debate acerca dos processos de legitimação e o lugar do poder/autoridade tradicional na governação local, no actual contexto político, pelo facto de estar fora do âmbito dos objectivos do nosso estudo. Importa referir também que o nosso interesse não é a participação da chamada autoridade comunitária, no seu todo, no processo do desenvolvimento rural, mas apenas os chefes tradicionais<sup>6</sup>. De igual modo é importante sublinhar que não nos ocuparemos aqui da questão da desconstrução do conceito do desenvolvimento rural, embora pensemos ser necessária uma discussão sucinta do conceito.

Um dos pressupostos fundamentais deste estudo é a ideia segundo a qual desenvolvimento é uma das formas de mudança social<sup>7</sup> e, enquanto fenómeno social, precisa de ser analisado tendo em conta as dinâmicas locais e os processos endógenos. Ao nos propormos analisar e compreender a maneira como os chefes tradicionais participam no processo do desenvolvimento rural e o impacto que essa participação tem a nível das suas respectivas comunidades, pretendemos reforçar a ideia do desenvolvimento que tome em consideração os processos sociais de interacção que se dão no interior da própria estrutura social das comunidades e trazer para o debate o papel que os chefes tradicionais desempenham no processo do desenvolvimento rural. Para isso, procuramos fazer uma abordagem do desenvolvimento sob uma perspectiva da ciência antropológica, cruzando as diferentes áreas da antropologia, nomeadamente

---

<sup>6</sup> Vide o BOLETIM DA REPÚBLICA I Série - Número 24, o Decreto nº15/2000 de 20 de Junho, que estabelece as formas de articulação dos órgãos locais do Estado com as autoridades comunitárias. Este Decreto estabelece que são autoridades comunitárias os chefes tradicionais, os secretários de bairro ou aldeia e outros líderes legitimados como tais pelas respectivas comunidades locais.

<sup>7</sup> Esta ideia é desenvolvida com mais pormenores por Olivier de Sardan no seu ensaio sobre aquilo que ele chama sócio-antropologia da mudança social. Por isso, para uma maior compreensão da questão, vide OLIVIER DE SARDAN, J.P., Op. Cit.

antropologia do simbólico, antropologia do político e antropologia do desenvolvimento.

Daí, pensamos nós, a pertinência do nosso tema de estudo.

Mas porquê o distrito de Cheringoma para a realização desta investigação? A nossa escolha prende-se, fundamentalmente, com três razões: a primeira razão tem a ver com o facto de o distrito de Cheringoma ter sido um dos mais afectados pela guerra terminada em 1992, na qual as chefaturas tradicionais foram “recuperadas” e tiveram um papel de relevância no sistema administrativo montado pela Renamo nas zonas sob o seu controle. Terminado o conflito armado e mesmo com o fim daquilo que ficou conhecido como “dupla administração”, as chefaturas tradicionais continuaram a ser uma referência simbólica importante para as populações de Cheringoma; a segunda razão tem a ver com o facto de, após o conflito armado, ter-se iniciado em Cheringoma todo um processo de reconstrução com uma forte intervenção de ONGs, Igrejas, o próprio Governo, nas diferentes áreas como educação, saúde, abastecimento de água, agricultura, meio ambiente, entre outras; a terceira e última razão tem a ver com o facto de falarmos fluentemente a língua local - o cisena. E quanto à periodização do nosso estudo (1994 - 1999) tem a ver com o facto de ser o período do mandato do primeiro governo saído das urnas através dum sufrágio universal.

No tocante à metodologia, o nosso estudo teve, fundamentalmente, três momentos importantes. O primeiro momento se refere ao trabalho de pesquisa bibliográfica, que decorreu de Novembro de 2000 a Fevereiro de 2001, nas bibliotecas das cidades de Maputo e Beira e que consistiu, essencialmente, na leitura e análise da documentação publicada e inédita sobre poder/autoridade tradicional, desenvolvimento rural, participação comunitária e tudo que concerne ao distrito de Cheringoma. O segundo momento diz respeito ao trabalho de campo, para a recolha de dados, que se realizou, em Cheringoma, de 20 de Fevereiro de 2001 a 18 de Março de 2001. Tendo em conta os objectivos gerais e específicos acima mencionados, o nosso estudo, baseou-se, fundamentalmente, em métodos qualitativos. Assim, na recolha de dados, privilegiámos sobretudo a observação directa, que foi combinada com entrevistas semi-estruturadas e histórias de vida. A observação a que nos estamos a referir não foi propriamente uma observação participante, no sentido clássico, em virtude de o tempo de permanência no terreno ter sido relativamente curto. Quanto às entrevistas, elas foram dirigidas principalmente à nossa população de estudo - os chefes tradicionais. Contudo essas

entrevistas estenderam-se, igualmente, a alguns funcionários das instituições que trabalham em actividades ligadas ao desenvolvimento rural no terreno e a algumas pessoas das comunidades rurais de Cheringoma. E no tocante às histórias de vida, enquanto método, elas foram usadas, exclusivamente, com os chefes tradicionais (régulos, sapandas e fumos). O terceiro e último momento do nosso estudo é referente à análise, tratamento dos dados recolhidos e redacção do texto final.

Em termos de dificuldades encontradas na realização deste trabalho, temos a destacar o estado precário das vias de acesso ao distrito de Cheringoma e as intensas chuvas que se faziam sentir na região nos meses de Fevereiro e Março. Em consequência disso, a viagem Beira-Cheringoma-Beira durou cerca de quatro dias: dois na ida e dois no regresso. Além disso, quando chegámos a Cheringoma, não nos foi possível deslocarmo-nos às povoações que distam a mais de 25 kms da vila sede – Inhaminga. Face a estas dificuldades, decidimos fazer a recolha de dados nos regulados mais próximos de Inhaminga, nomeadamente Chidanga e Tsoitse<sup>8</sup>. Assim, dos nove regulados existentes em Cheringoma, conseguimos trabalhar em apenas dois, facto que consideramos constituir uma das maiores limitações do nosso estudo.

Com este estudo, esperamos dar um contributo no debate concernente ao desenvolvimento em geral e, particularmente, no tocante ao desenvolvimento endógeno quando efectivamente identificarmos e analisarmos as lógicas e formas de participação dos chefes tradicionais e o seu papel no processo do desenvolvimento rural. Assim, esperamos trazer resultados pertinentes sobre a maneira como os chefes tradicionais interagem quer com os autores dos projectos do desenvolvimento, quer com as próprias comunidades rurais. E estes resultados permitirão, pensamos nós, um outro olhar para os chefes tradicionais, por parte daqueles que concebem e executam projectos de desenvolvimento para as zonas rurais, nomeadamente o Governo moçambicano, as Agências internacionais de desenvolvimento, as ONGs, Igrejas, etc.

---

<sup>8</sup> Coincidentemente estes constituem os dois maiores regulados de Cheringoma. Vide GTZ, 1999, *Plano Distrital de Cheringoma (Diagnóstico)*, Inhaminga: Administração Distrital de Cheringoma.

## Capítulo I - O Distrito de Cheringoma: Breve Caracterização

*Neste capítulo trazemos os principais elementos de ordem geográfica, histórica, administrativa, política, económica e demográfica, que servem de pano de fundo para as descrições e análises que aparecem nos capítulos subsequentes, particularmente no quarto capítulo. O capítulo procura, assim, apresentar o contexto dentro do qual se dão os processos de interacção analisados ao longo do trabalho.*

### 1. Situação Geográfica, Aspectos Históricos e Divisão Administrativa

O distrito de Cheringoma localiza-se na região nordeste da província de Sofala<sup>9</sup>, na zona centro de Moçambique, fazendo fronteira ao norte com os distritos de Caia e Marromeu, ao sul com o distrito de Muanza, a leste com o Oceano Índico e ao ocidente com os distritos de Maríngue e Gorongosa. A sua superfície é de 7 126 km<sup>2</sup>.<sup>10</sup>

Na historiografia de Moçambique, o nome de Cheringoma aparece ligado à problemática dos Prazos. M. Newitt<sup>11</sup> considera que as terras de Cheringoma foram originalmente concedidas a Sisnando Dias Bayão por Peranhe, o rei de Quiteve, no século XVIII d. C.. Sisnando Dias morreu em 1645 d. C.. E com a sua morte o prazo passou para o seu filho Francisco. Um século depois, por volta de 1760, o prazo passou para Bernardo Caetano de Sa Botelho, marido da Dona Maria Pereira da Silva, descendente de Francisco<sup>12</sup>. Mas, é com D. Inês Pessoa de Almeida Castello Branco que o prazo de Cheringoma se torna mais conhecido no século XVIII d. C.. No início do século XIX d. C., com excepção de Gorongosa, Cheringoma era o prazo mais vasto e rico. Em 1802, o prazo contava com 2 120 aldeias divididas em 19 chefaturas administrativas<sup>13</sup>.

Nos finais do século XIX d. C., concretamente a 7 de Maio de 1892, o prazo de Cheringoma passou para os territórios sob administração da Companhia de

<sup>9</sup> Vide Anexo: Mapa da Província de Sofala.

<sup>10</sup> GTZ, Op. Cit.

<sup>11</sup> NEWITT, Malyn, 1995, *A History of Mozambique*, London: C. Hurst & Co.

<sup>12</sup> Ibidem.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 164.

Moçambique<sup>14</sup>. Em 1942, a 18 de Julho, com o fim dos poderes atribuídos à Companhia de Moçambique, como privilegiada e soberana, a Portaria nº 4941 cria a circunscrição de Cheringoma com posto administrativo no Dondo. Contudo, quando Dondo, em 1955, é desanexado da área de jurisdição de Cheringoma e é transformado em circunscrição, foi criado o posto administrativo de Chimiziwa para a circunscrição de Cheringoma. E, finalmente, em 1962, a Portaria nº 16363 de 20 de Setembro elevou Inhaminga ao estatuto de vila e a circunscrição de Cheringoma passou para concelho<sup>15</sup>.

Hoje, do ponto de vista da divisão administrativa, Cheringoma é constituído por dois postos administrativos, nomeadamente Inhaminga, que também é a sede do distrito, com 5 233 km<sup>2</sup> de superfície, e Inhamitanga que ocupa uma superfície de 1 794 km<sup>2</sup>; um total de cinco localidades: Maciamboza, Mazamba, Nhataca, Inhamitanga e Nangue<sup>16</sup>. Embora não fazendo parte da divisão administrativa do distrito, Cheringoma conta com nove regulados, nomeadamente Chidanga, Tsotse, Mazamba, Nhabawa Maciamboza, Guma, Matondo, Chirimazi e Nangue<sup>17</sup>.

Tal como aconteceu em outras partes de Moçambique, a estrutura do poder/autoridade tradicional, em Cheringoma, foi sistematicamente combatida logo a seguir à independência em Junho de 1975 e em substituição dos chefes tradicionais “foram gradualmente investidos - nas novas estruturas político-administrativas: células, círculos e localidades - secretários do partido (...)”<sup>18</sup>. Portanto, depois da independência, a Frelimo procurou montar uma nova estrutura de base no mundo rural, da qual os grupos dinamizadores também faziam parte. Com o recrudescimento do conflito armado no distrito, particularmente na vila sede - Inhaminga - em 1984, grande parte da população ficou sob o controle da Renamo em zonas onde a estrutura de base montada pela Frelimo, no pós independência, foi, por sua vez, combatida e destruída, tendo sido “recuperadas” as chefaturas tradicionais, que ganharam cada vez mais força, nas zonas sob administração da Renamo, sobretudo com o fim da guerra em 1992.

<sup>14</sup> DIAS, Saul, 1981, *Glossário Toponímico, Histórico-Administrativo e Etnográfico [de Moçambique]*, Lisboa (sem editora).

<sup>15</sup> *Ibidem*.

<sup>16</sup> GTZ, Op. Cit.

<sup>17</sup> Entrevista com o administrador do distrito, Cheringoma, 09/ 03/ 01.

<sup>18</sup> De BRITO, Luís, 1991, *Le Frelimo et la Construction de l'Etat National au Mozambique. Le Sens de la Référence au Marxisme (1962 - 1983)*, Paris: Université de Paris VIII, p. 181.

Assim, hoje não existem em Cheringoma secretários de bairros nem grupos dinamizadores.

## 2. Situação Política

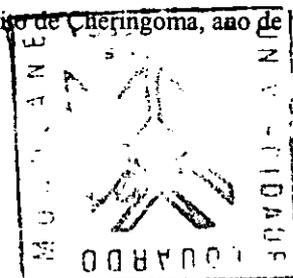
O cenário político do distrito de Cheringoma é marcado por aquilo que se pode considerar bipolarização política se tivermos em conta o facto de não existirem outras forças políticas com impacto no terreno, além da Frelimo e Renamo, com esta última a constituir o partido com mais simpatizantes e influência junto das comunidades, incluindo os próprios chefes tradicionais.

Nas eleições gerais de 1994, dos 6 298 votos válidos, nas legislativas, a Renamo conseguiu, em todo o distrito, 5 905 votos, o que corresponde a cerca de 93,7% contra 104 votos da Frelimo correspondentes a 1,6%. Nas presidenciais, dos 6 335 votos válidos, Dlhakama teve 5 558 votos, o que corresponde a 87,7% contra 175 votos de Chissano correspondentes a 2,8%<sup>19</sup>. Estes resultados espelham a influência que a Renamo e Dlhakama têm junto das populações de Cheringoma e ajudam-nos a perceber o clima de tensão política que se vai viver nos cinco anos a seguir às eleições (1994 - 1999) que, aliás, é o período em que se situa o nosso estudo. A tensão política que se viveu no distrito logo a seguir às eleições de 1994 foi descrita pelo actual administrador do distrito nos seguintes termos:

*"(...) falando da situação política do distrito, eu considero que podemos distinguir duas fases: a primeira que vai de 1995 - 1997 e inícios de 1998, marcada por um conflito aberto entre a Renamo e o Governo distrital, com desmandos, de vez em quando, protagonizados por homens armados das antigas tropas da Renamo presentes na vila sede do distrito - Inhaminga; e a segunda fase que vai de 1998 - 1999, marcada por uma relativa calma, apesar da continuação da existência de homens armados no distrito"*<sup>20</sup>.

Assim, o Governo, numa situação em que o seu partido gozava de fraca popularidade e influência, teve imensas dificuldades em operacionalizar o seu plano quinquenal, com repercussões no próprio desenvolvimento rural. Além disso, desde a queda da vila sede - Inhaminga - em 1984 para as mãos da Renamo, as instituições do Estado estiveram

<sup>19</sup> Vide Anexo: Resultados "Legislativas" e "Presidenciais" referentes ao distrito de Cheringoma, ano de 1994.



ausentes do distrito até 1995, altura em que voltaram a ser instaladas, no âmbito do processo da eliminação da dupla administração.

### 3. Situação Económica e População

Antes do conflito armado terminado em 1992, o distrito de Cheringoma desempenhava um papel de extrema importância na economia da região norte da província de Sofala, em virtude das linhas ferroviária e rodoviária que fazem a ligação entre a cidade da Beira e os distritos do norte da província (particularmente Caia, Chemba e Marromeu) e entre o porto da Beira e a República do Malawi. Inhaminga, a vila sede do distrito, possuía a mais importante estação de serviço da conhecida linha de Sena<sup>21</sup>. Neste sentido, Cheringoma localiza-se num importante corredor e motor de desenvolvimento da província de Sofala, com um potencial económico constituído por recursos florestais e faunísticos. Calcula-se que três quartos do seu território é ocupado por florestas, que possuem madeiras de grande valor comercial,<sup>22</sup> facto que favorece a existência de serrações no distrito.

Neste contexto, os sectores ferroviário e da indústria madeireira constituíam, no passado, as maiores oportunidades de emprego para grande parte da população activa de Cheringoma. Assim se percebe que o distrito não se apresenta como um tradicional exportador de mão-de-obra nem para fora do país, nem para as outras regiões, nomeadamente as minas de Carvão de Moatize, as indústrias açucareiras de Marromeu e Mafambisse. Com a intensificação da guerra no distrito, nos meados da década de 80, os sectores ferroviário e da indústria madeireira ficaram completamente paralisados com a destruição da totalidade das infra-estruturas, nomeadamente a linha ferrea e a sua estação de serviços e as quatro serrações que o distrito possuía. Hoje, Cheringoma debate-se com inúmeros problemas e a sua actividade económica está praticamente parada, com sérias dificuldades a nível das comunicações, sem actividade financeira e com grandes problemas na comercialização, em virtude da inexistência duma rede

---

<sup>20</sup> Entrevista com o administrador do distrito, Cheringoma, 09/ 03/ 01.

<sup>21</sup> GTZ, Op. Cit.

<sup>22</sup> Ibidem.

comercial<sup>23</sup>. Além disso, o distrito enfrenta problemas de exiguidade de infra-estruturas básicas nas áreas de saúde, educação, saneamento e abastecimento de água potável.

Na área da agricultura, as principais culturas comercializadas pelo sector familiar são o milho e o feijão-nhemba. No período anterior ao conflito armado terminado em 1992, além do milho, o distrito comercializava o algodão e o girassol<sup>24</sup>. Actualmente, a actividade comercial é extremamente reduzida e é feita principalmente nos mercados da vila sede e das aldeias, sem grande expressão, em termos de ligação com os mercados da região, nomeadamente Beira e Dondo<sup>25</sup>.

Os habitantes originários de Cheringoma são conhecidos por "Cheringomas" e pertencem ao conjunto dos povos do Baixo Zambeze, com uma grande representação dos Senas<sup>26</sup>. Assim, a língua mais falada no distrito é o cisena. Todavia, é importante referir que na vila sede do distrito – Inhaminga – podemos encontrar elementos da família "Ajawa", oriundos do Malawi. Segundo os nossos entrevistados, os Ajawas chegaram a Cheringoma, particularmente a Inhaminga, como mão-de-obra para trabalhar na estação de serviços dos caminhos de ferro. Hoje, os seus descendentes formam uma povoação bem conhecida chamada Khenesy, arredores da vila, maioritariamente constituída por muçulmanos. O chefe tradicional da povoação também é descendente dos Ajawas.

No que concerne aos movimentos populacionais, é importante referir que durante a guerra recentemente terminada, uma parte dos habitantes do distrito, particularmente da vila sede, se encontrava, como refugiados, no Malawi e, como deslocados, nos centros urbanos, principalmente na Beira e no Dondo. Segundo disseram os nossos entrevistados, dos finais da década de 80 até ao fim do conflito armado em 1992, a vila sede ficou desabitada, pelo facto de ter sido palco de violentos confrontos armados entre as tropas beligerantes.

---

<sup>23</sup> ACNUR/PNUD, 1997, *Perfis de Desenvolvimento Distrital. Distrito de Cheringoma. Província de Sofala*, Maputo.

<sup>24</sup> *Ibidem*.

<sup>25</sup> *Ibidem*.

<sup>26</sup> DIAS, Saul, *Op. Cit.*

O distrito de Cheringoma, de acordo com o censo de 1997, possui 20 795 habitantes com uma densidade de 2,9 hab/ km<sup>2</sup> <sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> GTZ, Op. Cit.

## Capítulo II - A Questão do Poder/Autoridade Tradicional em Moçambique: as Tendências do Debate

*Este capítulo consiste, fundamentalmente, numa revisão da literatura acerca da problemática do poder/autoridade tradicional em Moçambique. Uma parte desses estudos apresenta a problemática do poder/autoridade tradicional no âmbito da discussão acerca da sua articulação com o Estado moderno, no contexto da descentralização e democratização em Moçambique. A outra parte focaliza a discussão na questão da guerra, economia agrária e conflito de terras. O capítulo traz as principais posições que têm vindo a alimentar o debate.*

O nosso tema de estudo – “Participação dos Chefes Tradicionais no Processo do Desenvolvimento Rural: o Caso do Distrito de Cheringoma 1994 – 1999”- remete-nos ao debate acerca do poder/autoridade tradicional em países da África Subsaariana, em geral, e, duma maneira particular, àquele debate que tem vindo a acontecer em Moçambique nos últimos tempos, com maior destaque a partir de 1992<sup>28</sup>.

A maior parte dos estudos produzidos no âmbito deste debate aborda a questão do poder/autoridade tradicional na vertente da sua articulação com as instituições do Estado moderno. Este é o caso, por exemplo, dos trabalhos feitos pelo grupo de pesquisa do Núcleo do Desenvolvimento Administrativo (NDA) do Ministério da Administração Estatal (MAE), e que resultaram na publicação de dois volumes intitulados "Autoridade e Poder Tradicional"<sup>29</sup>; e os trabalhos do Projecto de Descentralização e Democratização (PDD), igualmente do Ministério da Administração Estatal (MAE), publicados no livro "Tradição e Modernidade"<sup>30</sup>. Como se pode

<sup>28</sup> Detalhes acerca do historial do debate poder/autoridade tradicional em Moçambique no pós-independência podem ser encontrados em MACIA, Manuel José, 1997, *Visões do Poder em Moçambique: Estudo Sobre o Tradicional e o Moderno numa Vila Rural do Sul do País. Dissertação Apresentada como Requisito para a Obtenção do Grau de Mestre em Sociologia*, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Aqui, o autor coloca as origens do debate em 1985 com as pesquisas do antropólogo Christian Geffray e do agro-economista Mogens Pedersen no distrito de Erati, província de Nampula.

<sup>29</sup> LUNDIN, Irae e MACHAVA, Francisco (eds.), 1995, *Autoridade e Poder Tradicional*, Vol. I, Maputo: Ministério da Administração Estatal; LUNDIN, Irae e MACHAVA, Francisco (eds), 1998, vol. II, Maputo: Ministério da Administração Estatal.

<sup>30</sup> ARTUR, Domingos do Rosário (ed.), 1999, *Tradição e Modernidade. Que Lugar para a Tradição Africana na Governação Descentralizada de Moçambique?* Maputo: Projecto de Descentralização e Democratização (PDD), Ministério da Administração Estatal. Além de dois artigos sobre tradição e modernidade em Moçambique e tradição e modernidade na democracia africana de Bernard Weimer e Tirmiziou Diallo, respectivamente, o livro contém três estudos de caso sobre as províncias de Manica,

constatar, estamos em presença de dois grupos diferentes de pesquisa (o NDA e o PDD) vinculados à mesma instituição - o Ministério da Administração Estatal. Contudo, não obstante este facto, é importante realçar que, no que respeita às análises acerca do poder/autoridade tradicional, quer o NDA, quer o PDD convergem na ideia fundamental, segundo a qual, "a autoridade tradicional, as instituições e estruturas de parentesco, as modalidades 'tradicionalistas' ou 'não modernas' de comunicar, curar, conviver, resolver conflitos, alocar terras, fazer justiça, etc. continuam a fazer parte integrante da vida quotidiana das populações inquiridas, incluindo os representantes do Estado e da Administração moderna"<sup>31</sup>. A diferença entre os estudos produzidos por estes dois grupos de pesquisa ( NDA e PDD) reside fundamentalmente na filosofia e metodologia de trabalho empregues, pois enquanto o NDA montou uma equipa centralizada, o PDD optou por trabalhar com investigadores residentes nas províncias onde decorreu a pesquisa, nomeadamente Nampula, Sofala e Manica<sup>32</sup>.

Geffray<sup>33</sup>, ao analisar as dinâmicas da guerra terminada em 1992, também aborda a questão do poder/autoridade tradicional. O seu argumento principal sustenta que os chefes tradicionais desempenharam um papel importante na guerra, do ponto de vista de apoio social à Renamo. A dissidência dos chefes, relativamente ao controle do Partido-Estado da Frelimo, representou, em muitos casos a dissidência das suas respectivas comunidades<sup>34</sup>. O mundo rural, sob a liderança dos chefes tradicionais, ter-se-ia transformado, assim, em base social da guerra levada a cabo pela Renamo em oposição, fundamentalmente, às políticas do Partido-Estado da Frelimo relativamente ao campo, onde a estrutura do poder/autoridade tradicional tinha sido marginalizada e sistematicamente combatida.

---

Sofala e Nampula realizados por equipas de investigadores vinculados ao Arquivo do Património Cultural (ARPAC) e à Universidade Pedagógica (UP).

<sup>31</sup> WEIMER, Bernard, 1999, "Tradição e Modernidade em Moçambique. Elementos e Contexto do Debate" in ARTUR, Domingos do Rosário (ed.), *Tradição e Modernidade. Que Lugar para a Tradição Africana na Governação Descentralizada de Moçambique?*, Maputo: Projecto de Descentralização e Democratização (PDD), Ministério da Administração Estatal, p. 6.

<sup>32</sup> Ibidem.

<sup>33</sup> GEFFRAY, Christian, 1990, *La Cause des Armes au Mozambique. Anthropologie d'une Guerre Civile*, Paris: Karthala.

<sup>34</sup> Ibidem.

O'Laughlin<sup>35</sup>, numa crítica minuciosa à "La Cause des Armes", sustenta que a análise de Geffray, segundo a qual a base social de apoio à política da Frelimo seria essencialmente urbana e que o mundo rural ter-se-ia colocado numa situação de oposição sob a liderança dos chefes tradicionais, é muito parcial. Para O'Laughlin, a análise de Geffray é parcial na medida em que toma o mundo rural como homogêneo fazendo abstracção da diferenciação social nele existente. A autora sublinha que "a base que ouviu e adoptou a linguagem da Frelimo no período de 1975 a 1980 era muito maior do que Geffray refere<sup>36</sup>.

Do ponto de vista da economia agrária, a análise da problemática do poder/autoridade tradicional incide particularmente sobre o período colonial. Este é o caso, por exemplo, de Isaacman<sup>37</sup> no seu artigo "Régulos, diferenciação social e protesto rural: o regime de cultivo forçado do algodão em Moçambique, 1938 - 1961", onde analisa o papel desempenhado pelos régulos no processo de acumulação do capital para Portugal, sua relação, muitas vezes, conflituosa com as autoridades coloniais, por um lado, e com as populações, por outro lado. A posição que os régulos tinham no contexto da máquina administrativa, depois da reforma de 1933, levou a que, face às dificuldades de mão-de-obra e transporte, a Administração portuguesa transferisse o peso da supervisão da produção do algodão dos funcionários estatais para os régulos, chefes locais. Isaacman mostra que não obstante o papel desempenhado pelos régulos na produção do algodão, a sua lealdade ao regime colonial não pode ser considerada como inequívoca, pois eles não só se ressentiam dos abusos raciais dos portugueses, como também muitas vezes os seus interesses, como grupo, chocavam com as políticas coloniais. Além disso, as críticas e pressões das suas comunidades, muitas vezes levava-os a ignorar certas ordens e mesmo a protestar contra o regime<sup>38</sup>. O estudo mostra também que as prerrogativas que os régulos tinham no sistema de produção do algodão levaram ao surgimento da diferenciação social no seio das próprias comunidades.

<sup>35</sup> O'LAUGHLIN, Bridget, 1992, "A Base Social da Guerra em Moçambique. Análise de 'A Causa das Armas em Moçambique', *Antropologia de uma Guerra Civil*, de C. Geffray, Paris: CRELU-Karthala, 1990" in Estudos Moçambicanos, Maputo: Centro de Estudos Africanos, nº 10.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 131.

<sup>37</sup> ISAACMAN, Allen, 1987, "Régulos, Diferenciação Social e Protesto Rural: o Regime de Cultivo Forçado do Algodão em Moçambique 1938 - 1961" in Revista Internacional de Estudos Africanos nº 6-7, Lisboa.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 80.

No tocante à questão de conflito de terras em Moçambique, particularmente no pós-independência, a análise acerca do poder/autoridade tradicional tem se revelado extremamente pertinente. Aqui é preciso assinalar dois exemplos importantes: o primeiro é o artigo de Myers e West intitulado "Legitimidade política a nível local e a segurança de posse de terra em Moçambique", onde sustentam que a questão da posse e uso da terra encerra em si uma dimensão política que não pode ser ignorada. Os autores sustentam que as instituições do poder/autoridade tradicional não só devem ser tomadas em consideração, como também devem fazer parte das próprias instâncias de gestão de terras a nível local<sup>39</sup>. No seu dizer, "onde a população local se sentir mais segura com as instituições que gerem a terra e os recursos naturais, o sector familiar terá um sentimento mais seguro de posse da terra. Isto é benéfico não só para os agricultores do sector familiar mas também para os agricultores privados da região"<sup>40</sup>. O segundo exemplo é a tese de mestrado de Macia, em que, a partir da análise dum caso de conflito de terra na Manhiça, o autor mostra como a questão do poder/autoridade tradicional se faz presente e desempenha um papel de extrema importância<sup>41</sup>.

Mas, apesar de Isaacman tratar do poder/autoridade tradicional no âmbito da economia agrária e Myers/ West e Macia no âmbito de conflito de terras, em nossa opinião, é importante referir que em todos eles o poder/autoridade tradicional acaba sendo visto na sua articulação com o Estado moderno: em Isaacman com o Estado colonial e em Myers/ West e Macia com o Estado do pós-independência. Portanto, neste sentido, encontramos aqui um ponto de intercessão entre os trabalhos produzidos pelo NDA e PDD do Ministério da Administração Estatal e os trabalhos de Isaacman, Myers/West e Macia, na medida em que, em última análise, todos eles procuram ver a relação que existe entre as instituições do que poderíamos chamar sociedade tradicional e aquelas da sociedade moderna.

O debate contemporâneo referente ao poder/autoridade tradicional em Moçambique é marcado pela existência de posições assumidas por diferentes autores. Assim, no interior do debate, West em "This neighbor is not my uncle!: changing relations of power and authority on the Mueda plateau", identifica duas posições extremas: por um

<sup>39</sup> MYERS, Gregory & WEST, Harry, 1992, "Legitimidade Política a Nível Local e a Segurança de Posse de Terra em Moçambique" in Revista Extra n° 10, Maputo.

<sup>40</sup> Ibidem, p. 38.

lado os autores do projecto do Núcleo do Desenvolvimento Administrativo (NDA) do Ministério da Administração Estatal representados por Iraé Lundin e Francisco Machava, que, embora se refiram à tradição como dinâmica, pouco se interessam pelas histórias concretas de comunidades particulares e apresentam um retrato romantizado da autoridade tradicional sempre referida no presente mas enalhada num passado mítico além de qualquer lugar ou tempo discernível<sup>42</sup>. E, por outro lado, a posição representada por Sergio Vieira, que parte da ideia segundo a qual as instituições políticas africanas pré-coloniais foram destruídas pelo colonialismo e no seu lugar colocados os régulos, criação do colonialismo “que independentemente de serem chefes hereditários ou não, ganharam as suas posições apenas por obediência servil ao senhor colonial”<sup>43</sup>. West critica estas duas posições, pelo facto de, no seu entender, apresentarem o problema da legitimidade política da autoridade tradicional em “preto e branco”, ou seja, com argumentos que se posicionam em dois extremos sem espaço para uma discussão que tome em consideração as dinâmicas e aspectos histórico-culturais do poder/autoridade tradicional, enquanto instituição. Assim, examinando em detalhes a história das relações do poder num contexto local específico, neste caso o planalto de Mueda, o autor procura trazer à luz as transformações que se operaram sobre as instituições políticas e figuras baseadas no parentesco<sup>44</sup>. Com este estudo, West mostra que tradição e legitimidade política estão historicamente situadas e são construções culturais, algo em contínua reelaboração<sup>45</sup>.

Aliás, no artigo publicado em colaboração com Myers<sup>46</sup>, eles (Myers e West) já tinham avançado esta crítica, numa forma muito direccionada, ao Governo nos seguintes termos: “ em última análise, o programa do Governo para substituir as autoridades tradicionais surgiu numa incompreensão da natureza das instituições ‘tradicionais’, que as considerava estáticas, atrasadas, ineficientes e antiprogressistas. A visão governamental que está a surgir também falha a este propósito: o governo não compreende a natureza dinâmica da sociedade rural e das instituições políticas. Isto levou a que o Governo Central esteja actualmente a concentrar as suas discussões sobre

<sup>41</sup> MACIA, Manuel José, Op. Cit.

<sup>42</sup> WEST, Harry G., 1998, March, *'This Neighbor is Not my Uncle!': changing Relations of Power and Authority on the Mueda Plateau*, in *Journal of Southern African Studies*, Vol. 24, nº 1, p.143.

<sup>43</sup> Ibidem, p. 143.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 143.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 143.

<sup>46</sup> MYERS, Gregory & WEST, Harry, Op. Cit.

as instituições 'tradicionais' à volta de um debate se elas são muito simplesmente legítimas ou não. Um foco de discussão mais apropriado seria o processo através do qual a tradição e, com ela, a legitimidade política estão continuamente a ser negociadas na sociedade rural moçambicana, dentro dos contextos políticos e económicos prevaletentes. (...) quando falamos de tradição e legitimidade política temos que a reconhecer como uma representação cultural que está a ser contribuída e reconstruída. A medida que se produzem, as sociedades rurais transformam as suas noções de tradição e legitimidade. Além disso, os indivíduos com diferentes posições dentro da sociedade rural negociam o significado destes termos, promovendo os seus próprios pontos de vista e contestando outros, segundo as suas próprias perspectivas e interesses políticos e económicos<sup>47</sup>. Relativamente à natureza do poder/autoridade tradicional, consideramos a posição de Myers e West de extrema importância, pois ela vai ao encontro da perspectiva teórica que escolhemos para a discussão do nosso objecto de estudo, tal como fazemos referência no capítulo III deste trabalho.

Ainda acerca do debate referente ao poder/autoridade tradicional, Diallo identifica três posições, nomeadamente os que "são encarniçadamente contra qualquer tentativa de reconhecimento das autoridades tradicionais e, por conseguinte, de cooperação com elas; os que reconhecem a sua necessidade e que procuram definir as bases duma tal cooperação; e aqueles que são indiferentes"<sup>48</sup>.

Macia<sup>49</sup>, à semelhança de Diallo, num olhar sobre o actual debate acerca do poder/autoridade tradicional, também identifica três posições que ele chama "visões", nomeadamente a visão "optimista", representada pelo NDA do Ministério da Administração Estatal, que considera a autoridade tradicional "não só como uma questão relevante e que precisa ser debatida séria e amplamente pelos vários segmentos sociais, incluindo a própria população, mas também e sobretudo porque acredita que a sua restauração ajudará a solucionar parte dos problemas que afligem as populações locais"<sup>50</sup>; a visão "pessimista" representada pelo jornalista Albino Magaia, que, embora

<sup>47</sup> Ibidem, p. 38.

<sup>48</sup> DIALLO, Tirmiziou, 1999, "*Tradição e Modernidade na Democracia Africana: Algumas Reflexões*" in ARTUR, Domingos do Rosário (ed.), *Tradição e Modernidade. Que Lugar para a Tradição Africana na Governação Descentralizada de Moçambique?*, Maputo: Projecto de Descentralização e Democratização (PDD), Ministério da Administração Estatal.

<sup>49</sup> MACIA, Manuel José, Op. Cit.

<sup>50</sup> Ibidem, p. 99.

não apresente suas posições duma maneira sistemática, nega que a autoridade tradicional possa desempenhar um papel relevante no actual contexto histórico de Moçambique, pelo facto de, no passado, ter sido parte integrante do sistema administrativo colonial; e, por último, a visão dos independentes constituída por autores que, embora não discutindo especificamente a questão do poder/autoridade tradicional, como o fazem as visões precedentes, nos seus trabalhos sobre Moçambique, consideram que o assunto poder/autoridade tradicional deve merecer uma ampla discussão. Aqui destacam-se autores como Hans Abrahamsson, Ander Nilsson, Allen Isaacman, Gregory Myers e Harry West<sup>51</sup>.

Descrito, assim, em linhas gerais, o estado actual do debate acerca do poder/autoridade tradicional em Moçambique, consideramos que as discussões estão oreintadas sobretudo na perspectiva da governação, descentralização e democratização, como aliás nos referimos acima ao afirmarmos que a maior parte dos estudos realizados, no âmbito do debate, situa-se na vertente da articulação do poder/autoridade tradicional com as instituições do Estado moderno. Neste sentido, pensamos que as discussões são demasiado limitadas e é tempo de trazer outras dimensões para a reflexão como a dimensão do desenvolvimento, sobretudo desenvolvimento rural pelo facto de ser particularmente nas zonas rurais onde o poder/autoridade tradicional parece constituir um aspecto integrante do quotidiano da maioria das populações. E é justamente a este nível que se situa o contributo que o nosso trabalho procura trazer: ver os chefes tradicionais na perspectiva do desenvolvimento rural, entendido como uma forma particular de mudança social que um conjunto de intervenientes procura impulsionar junto de grupos alvo sendo eles próprios diversos e evoluindo segundo dinâmicas próprias<sup>52</sup>. De facto, ainda não conhecemos nenhum estudo acerca da questão do poder/autoridade tradicional no âmbito do desenvolvimento rural em Moçambique, o que, de alguma maneira, constitui uma limitação para o nosso trabalho, pois não nos permite uma comparação em termos de conclusões preliminares a que chegámos.

<sup>51</sup> Ibidem.

<sup>52</sup> OLIVIER DE SARDAN, J.P., Op. Cit.

### Capítulo III - Os Chefes Tradicionais do Ponto de Vista da Análise Situacional e Alguns Conceitos

*Este capítulo procura trazer a principal perspectiva teórica usada no nosso estudo. O processo do desenvolvimento rural é algo de complexo em que os diferentes actores entram com lógicas, estratégias e dinâmicas diferentes, o que muitas vezes cria clivagens, conflitos que são resolvidos pelos próprios actores fazendo uso maior ou menor das regras, normas, à sua disposição. Por outras palavras, o processo do desenvolvimento rural leva a que os diferentes*

*actores, neste caso os chefes tradicionais, realizem escolhas situacionais, no seu agir concreto. Esta é a perspectiva da análise situacional, aquela que é usada neste estudo. Além da perspectiva teórica, o capítulo traz também os principais conceitos usados ao longo das descrições e análises feitas.*

A busca do significado dos fenómenos que observámos, a explicação, compreensão e interpretação da realidade que constitui o nosso objecto de estudo, exigiu uma delimitação dum referencial teórico.

Na definição do nosso objecto de estudo, realçámos que o nosso interesse consistiria, fundamentalmente, em ver os chefes tradicionais como actores sociais, que são confrontados com o processo do desenvolvimento face ao qual levam a cabo determinado tipo de acções, reacções/estratégias e lógicas. O fenómeno do desenvolvimento é visto aqui como um processo e uma forma particular de mudança social que tem lugar no interior da própria estrutura social, que, não sendo homogénea, revela conflitos, contradições entre os comportamentos reais dos indivíduos e os valores que esses mesmos indivíduos mantêm enquanto membros do grupo. Estes conflitos são resolvidos pelos próprios actores sociais através daquilo que Evans-Pritchard, secundado por Gluckman, chamou escolha situacional e elaboração secundária de crenças<sup>53</sup>. Estamos, portanto, a sugerir que o referencial teórico que orientou a nossa pesquisa é aquele que Gluckman<sup>54</sup> e Van Velsen<sup>55</sup> desenvolveram e

<sup>53</sup> GLUCKMAN, Max, 1987, "Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna" in FELDMAN-BIANCO, Bela (org.), *Antropologia das Sociedades contemporâneas*, S. Paulo: Global Universitária.

<sup>54</sup> Ibidem.

<sup>55</sup> VAN VELSEN, J., 1987, "A Análise Situacional e o Método de Estudo de Caso Detalhado" in FELDMAN-BIANCO, Bela (org.), *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*, S. Paulo: Global Universitária.

designaram por *análise situacional*, cujos pressupostos fundamentais podem ser apresentados da seguinte forma:

- As normas da sociedade não constituem um todo coerente e consistente, pelo contrário, elas são vagas e discrepantes;
- Este facto permite que os membros da sociedade possam manipular as normas no sentido de favorecer os seus próprios objectivos sem necessariamente prejudicar a sua estrutura aparentemente duradoura de relações sociais;
- Daí que a análise situacional dê ênfase no estudo das normas em conflito e no estudo de processos em mudança social, privilegiando uma visão etnográfica de foco analítico múltiplo, cruzando vários ângulos<sup>56</sup>

Neste contexto, o conceito de situação social proposto por Gluckman e Van Velsen é central no nosso estudo. Gluckman define situação social como “o comportamento, em algumas ocasiões, de indivíduos como membros de uma comunidade, analisado e comparado com o seu comportamento em outras ocasiões”<sup>57</sup>. Esta definição leva-nos a duas considerações importantes: a primeira consideração é que os indivíduos, em situações diversas, estão constantemente a negociar, recriar, reinterpretar as suas normas, regras de condutas pertencentes à sua colectividade, como, aliás, Van Velsen deixa bem claro ao afirmar que “normas e regras gerais de conduta são traduzidas em prática; estas são, em última análise, manipuladas por indivíduos em situações específicas para servirem a fins específicos”<sup>58</sup>. Estamos em presença de escolha situacional, em que o indivíduo, em qualquer situação, selecciona uma variedade de relações possíveis de comportamentos que considera que melhor servirão aos seus objectivos num determinado tempo e espaço. E essas relações e normas seleccionadas, no dizer de Van Velsen, podem provavelmente variar com referência aos mesmos indivíduos de uma situação a outra bem como com referência a situações similares de um indivíduo a outro<sup>59</sup>; a segunda consideração tem a ver com o facto de que os fenómenos a observar têm que ser vistos, analisados, como fenómenos sociais totais pelo facto de cruzar e encerrar em si várias dimensões.

<sup>56</sup> Ibidem.

<sup>57</sup> GLUCKMAN, Max, Op. Cit., p. 238.

<sup>58</sup> VAN VELSEN, J., Op. Cit., p. 355.

<sup>59</sup> Ibidem.

Neste contexto, os chefes tradicionais, no processo do desenvolvimento rural têm de ser vistos como actores que realizam escolhas situacionais. Eles são actores que, em circunstâncias do processo do desenvolvimento rural, enquanto forma particular de mudança social, fazem um uso maior ou menor de normas que se ajustam às necessidades de situação específica do desenvolvimento. Assim, os chefes tradicionais podem manipular o seu status, as suas funções, a sua imagem construída ao longo do processo histórico. Esta manipulação pode levar à reformulação, recriação, reinterpretação, do conteúdo quer do status e funções, quer da própria imagem do chefe tradicional criada. E quanto ao desenvolvimento rural, este tem que ser analisado como um processo, algo de dinâmico e não estático.

Neste estudo, a perspectiva da análise situacional é combinada com a linha de pensamento de Olivier de Sardan<sup>60</sup>, que, na análise dos processos ligados ao desenvolvimento rural, sublinha a importância que o contexto de interacção possui. Referindo-se às interacções entre um dispositivo de intervenção (projecto de desenvolvimento rural) e a população, o autor considera que, antes de mais, deve-se ter em conta que as interacções projecto-meio se dão num contexto (ecológico, económico, institucional, político), que influencia grandemente os efeitos dessa interacção<sup>61</sup>. Para o nosso caso, as relações que se estabelecem entre os chefes tradicionais e as suas comunidades e os chefes tradicionais e as instituições ligadas ao desenvolvimento que trabalham em Cheringoma, devem ser vistas dentro dum contexto político, económico, social (brevemente descrito no capítulo I), que pesa bastante sobre os próprios processos de interacção existentes.

Ao optarmos pela análise situacional e a perspectiva de Olivier de Sardan, distanciamonos da análise estruturalista que, quanto a nós, não nos permite a discussão daquilo que podemos considerar irregularidades que se dão no interior dos processos do desenvolvimento rural. Essas irregularidades têm a ver com o próprio comportamento dos actores, suas escolhas e reacções face aos discursos e práticas do desenvolvimento rural. A análise estruturalista não nos permite captar essas irregularidades, pois ela tende "a ignorar os problemas de mudança, considerando, ao invés, as escolhas

<sup>60</sup> OLIVIER DE SARDAN, J.P., Op. Cit.

<sup>61</sup> Ibidem. p.127.

individuais de acção originárias de novas situações como excepções ou distinções das normas apropriadas, ou seja, tradicionais<sup>62</sup>.

A abordagem do nosso objecto de estudo não só exigiu uma definição, delimitação, dum referencial teórico, como também a clarificação de alguns conceitos que consideramos fundamentais, tais como participação, comunidade, desenvolvimento, poder, autoridade, tradição e chefe tradicional.

**Participação:**

Gaventa e Valderrama<sup>63</sup> consideram que o conceito de participação tem vindo a ser largamente usado nos discursos e práticas do desenvolvimento nos últimos vinte anos. Estes autores, fazendo intercessão dos diferentes significados do conceito de participação, identificam fundamentalmente dois tipos de abordagens: por um lado aquela que focaliza a atenção para comunidade, participação social e, por outro lado, a que se refere à cidadania, participação política.

No que respeita aos discursos e práticas do desenvolvimento, a abordagem da participação social é a que tem sido mais usada. Assim, nos finais da década de 70, participação era definida como esforços organizados para aumentar o controle sobre recursos e instituições reguladoras, em determinadas situações sociais, por parte de grupos e movimentos, até então excluídos desse controle<sup>64</sup>. Mais recentemente, o Banco Mundial defeniu o conceito de participação como um processo através do qual as pessoas influenciam e partilham o controle sobre iniciativas do desenvolvimento, decisões e recursos que as afectam<sup>65</sup>.

Pretty<sup>66</sup>, por sua vez, sustenta que o conceito de participação possui sete sentidos diferentes, oscilando entre participação passiva, em que as pessoas se envolvem por ouvir dizer o que vai acontecer, e a auto-mobilização, onde as pessoas tomam

<sup>62</sup> VAN-VELSEN, J., Op. Cit. p. 356.

<sup>63</sup> GAVENTA, John and VALDERRAMA, Camilo, 1999, *Participation, citizenship and Local Governance. Background Note Prepared for Workshop on "Strengthening Participation in Local Governance"*, London: Institute of Development Studies.

<sup>64</sup> Ibidem, p.[2].

<sup>65</sup> WORLD BANK, 1995, *World Bank Participation Sourcebook. Environment Department Papers Participation Series*, Washington, D.C.: World Bank.

<sup>66</sup> PRETTY, Jules et al, 1995, *A Trainer's Guide for Participatory Learning and Action*, London: International Institute for Environment and Development.

iniciativas para mudadr as suas condições de vida numa forma independente das instituições externas<sup>67</sup>. Vejamos a tipologia de Pretty referente à participação no desenvolvimento:

*Participação Passiva*: as pessoas participam depois duma informação acerca do que está para acontecer ou já aconteceu;

*Participação em Informação*: aquela em que as pessoas participam respondendo a perguntas feitas por pesquisadores;

*Participação por Consulta*: as pessoas são consultadas, mas são os peritos estrangeiros (relativamente à comunidade) que decidem o que fazer depois da consulta;

*Participação por Incentivos Materiais*: aquela em que as pessoas participam recebendo, em troca, algum bem material;

*Participação Funcional*: aquela em que as pessoas participam formando grupos para alcançar determinados objectivos dum projecto;

*Participação Interactiva*: as pessoas participam em análises conjuntas que levam a um plano de acção;

*Auto-mobilização*: as pessoas participam tomando iniciativas, numa forma independente das instituições externas ao seu meio, para melhorar as condições de vida<sup>68</sup>.

Como se pode depreender, participação surge como um conceito dotado de diferentes sentidos. Neste trabalho, ele é usado na linha da abordagem de participação social<sup>69</sup> e dada a sua complexidade, mais do que algo de adquirido, alcançado, participação, no nosso entender, é um processo. Este processo pressupõe a existência de indivíduos que entram em relação, através de múltiplos processos de interacção. Neste sentido, a interacção surge como elemento fundamental em qualquer participação social, enquanto processo. Assim, para nós, participação no desenvolvimento é, acima de tudo, um processo de interacção, em que as comunidades envolvidas se esforçam em tomar iniciativas e influenciar a tomada de decisão em todas as etapas dum projecto de desenvolvimento. Portanto, é do ponto de vista do processo interactivo que usamos o conceito de participação neste trabalho.

<sup>67</sup> Ibidem, p. 60.

<sup>68</sup> Ibidem, p. 61.

<sup>69</sup> GANVETA, John and VALDERRAMA, Camilo, Op. Cit.

### *Comunidade*

Em Friedrich Tönnies, comunidade basea-se em laços de sangue, no sentimento de pertença, na participação espontânea, em oposição à sociedade, que se apoia em intercâmbio, racionalidade. Em Weber, comunidade tem como fundamento o sentimento de "nós", comunidade é algo em que o comportamento dos indivíduos tem como inspiração num sentimento subjectivo — afectivo ou tradicional<sup>70</sup>. Como se pode constatar, quer em Tönnies, quer em Weber, o sentimento de pertencer a algum grupo é fundamental na noção de comunidade. Contudo, trata-se de um grupo com uma referência cultural, simbólica comum e que compartilha um determinado espaço geográfico e um conjunto de recursos. Este facto, porém, não significa que comunidade possa ser considerada como uma entidade homogênea, pois ela é constituída por indivíduos que estabelecem, entre si, relações marcadas por conflitos. Daí que, o sentimento de "nós", a que Weber faz referência, varia de circunstância para circunstância, dependentemente dos interesses em jogo nos diversos grupos que existem dentro da comunidade. Assim, comunidade seria um conjunto de indivíduos que, partilhando o mesmo espaço geográfico, recursos e universo cultural, simbólico, têm um sentimento de pertença e estabelecem, entre si, relações sociais marcadas por conflitos. É neste sentido que o conceito de comunidade é usado neste trabalho.

### *Desenvolvimento:*

Num relatório sobre desenvolvimento, Wolfensohn<sup>71</sup> considera que nos últimos anos "a teoria do desenvolvimento transformou-se num amplo pragmatismo, reconhecendo que o desenvolvimento deve ir além do crescimento económico e incluir importantes metas sociais: redução da pobreza, melhoria do padrão de vida, mais oportunidades de melhor educação e saúde, etc. A experiência também nos ensinou que os esforços para a consecução dessas metas devem ser integrados e baseados em processos abertos, participativos e abrangentes"<sup>72</sup>. Assim, desenvolvimento não pode ser visto apenas do ponto de vista económico, pois ele envolve outras dimensões como é o caso das dimensões política, social, cultural, histórica, entre outras. Neste sentido, desenvolvimento é um processo complexo, um fenómeno social total.

<sup>70</sup> BIROU, Alain, 1982, *Dicionário de Ciências Sociais*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

<sup>71</sup> Presidente do Banco Mundial.

Mas, a definição de desenvolvimento que adoptámos para a nossa pesquisa é aquela de Olivier de Sardan, que é fundamentalmente metodológica e de carácter descritivo. Assim, desenvolvimento é uma forma particular de mudança social e designa “o conjunto dos processos sociais induzidos por operações voluntaristas de transformação dum meio social, empreendidas por instituições ou actores exteriores a esse meio mas procurando mobilizá-lo e repousando sobre recursos e/ou técnicas e/ou saberes”<sup>73</sup>.

Para Olivier de Sardan, desenvolvimento não é algo, cuja presença ou ausência é preciso procurar nas populações-alvo. Desenvolvimento existe pelo simples facto de haver actores sociais e instituições que a ele se dedicam investindo tempo, recursos e competência profissional<sup>74</sup>. Prosseguindo, o autor considera que a existência de “configuração desenvolvimentista” é o que define o próprio desenvolvimento. O autor entende por “configuração desenvolvimentista” o universo cosmopolita de peritos, burocratas, responsáveis de ONGs, técnicos, chefes de projectos, agentes de terreno, que mobilizam ou gerem, para o efeito, recursos materiais e simbólicos consideráveis<sup>75</sup>.

→ Neste sentido, desenvolvimento rural seria o conjunto de processos sociais que visam a transformação do meio social rural por forma a se conseguir melhores condições de vida nas diversas áreas: saúde, educação, agricultura, meio ambiente, abastecimento de água, comércio, transporte, comunicação, etc. Esta é a acepção de desenvolvimento rural usada neste estudo.

Mas por que razão é que optámos pela definição de Olivier de Sardan? A razão prende-se, por um lado, com o facto de ser uma definição que vê o desenvolvimento, antes de mais, como um objecto de estudo, independentemente das avaliações que possam ser feitas a seu respeito, em termos de ideal ou catástrofe, e, por outro lado, a definição de Olivier de Sardan concebe o desenvolvimento como um conjunto de processos sociais, no interior dos quais, encontramos uma multiplicidade de interacções sociais, cujo significado precisa de ser apreendido, analisado.

<sup>72</sup> WOLFENSOHN, James D., 2000, “Prefácio” in *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1999/2000*, Washington: Banco Mundial, p. III.

<sup>73</sup> OLIVIER DE SARDAN, J.P., Op. Cit. p. 7.

<sup>74</sup> Ibidem.

<sup>75</sup> Ibidem.

**Poder:**

Na história do pensamento social podemos encontrar, fundamentalmente, duas concepções do poder distintas que nos remetem a significações também distintas<sup>76</sup>.

A primeira concepção é denominada “seccional”, que vê a existência do poder em todas as circunstâncias em que A afecta B duma maneira que é contrária aos interesses de B<sup>77</sup>. Assim, o poder é uma relação social que encerra uma potencial resistência, um conflito. Neste sentido, relações de poder são relações assimétricas. O poder é, sob este ponto de vista, um elemento num conflito de interesses “seccionais”<sup>78</sup>. Para Scott, pertencem a esta concepção de poder os argumentos de Thomas Hobbes, N. Maquiavel, Max Weber e Robert Dahl<sup>79</sup>.

A segunda concepção do poder é denominada “não-seccional”, que vê a existência do poder apenas no e através do processo de legitimação. O poder é visto como uma capacidade colectiva que emerge da estrutura harmoniosa da organização comum. Scott considera que a esta concepção pertencem Platão, Aristóteles, Talcott Parsons e Hannah Arendt<sup>80</sup>.

Para este estudo, optámos pela chamada concepção “seccional” do poder, por ser aquela que, do ponto de vista teórico, enriquece a nossa discussão, pelo facto de considerar o conflito, a resistência, como elementos importantes nas relações do poder. Assim, as relações dos chefes tradicionais com as suas comunidades, do ponto de vista do poder, são vistas como relações assimétricas, que, potencialmente, trazem consigo as dimensões do conflito e da resistência.

**Autoridade:**

Weber, ao falar da dominação, deixa transparecer o facto de considerar os conceitos de autoridade e dominação como sinónimos. Para o autor, dominação é a “probabilidade de encontrar obediência dentro de um grupo determinado para mandatos específicos

<sup>76</sup> SCOTT, John (ed), 1994, *Power. Critical Concepts*, London: Routledge.

<sup>77</sup> *Ibidem.*, p. [ 2 ].

<sup>78</sup> *Ibidem.*

<sup>79</sup> *Ibidem.*

<sup>80</sup> *Ibidem.*

(ou para toda a sorte de mandatos). (...) um determinado grau mínimo de vontade de obediência, ou seja, de interesse (externo ou interno) em obedecer é essencial a toda a relação autêntica de autoridade<sup>81</sup>. O dicionário de ciências sociais, inspirando-se na definição de Weber considera autoridade “a probabilidade de obter obediência a ordens precisas emanadas de um grupo importante de pessoas”<sup>82</sup>. O conceito de autoridade que usamos neste estudo tem a ver com a definição de Weber acima referenciada e vemos na autoridade, tal como no poder, o elemento relacional como fundamental. E esta relação é uma construção efectuada pelos sujeitos, nos seus múltiplos processos de interacção.

1 Falando ainda da dominação, Weber distingue três tipos, nomeadamente a legal, a tradicional e a carismática. Para o nosso trabalho interessa mais a dominação ou autoridade tradicional que, no entender do autor, existe “quando sua legitimidade repousa sobre a santidade de ordenações e poderes de mando, herdados de tempos longínquos, ‘desde tempos imemoráveis’, acreditando-se nela em virtude da sua santidade”<sup>83</sup>. No nosso caso, a autoridade dos chefes tradicionais não encontra legitimidade nas pessoas dos próprios chefes em si, mas na referência ao passado, concretamente aos antepassados, que as suas atribuições/funções têm, no seio das suas comunidades. Contudo, é importante ressaltar a ideia de que a referência ao passado é feita dum forma criativa e dinâmica, o que possibilita quer aos chefes, quer às comunidades um recriar dos significados face aos múltiplos contextos em que se encontram inseridos, particularmente o contexto do desenvolvimento rural.

#### **Tradição:**

Balandier<sup>84</sup> considera que o conceito de tradição não pode ser analisado do ponto de vista de oposição à modernidade porque estaria mais a definir um contratipo do que propriamente um tipo sociológico. Numa das suas obras, Balandier apresenta duas

<sup>81</sup> De CASTRO, Ana Maria e DIAS, Edmundo Fernandes (org.), 1992, *Emile Durkheim, Max Weber, Karl Marx e Talcott Parsons. Introdução ao Pensamento Sociológico*, S. Paulo: Editora Moraes Lda, nona edição, p. 139. É importante referir que esta obra é uma colectânea de textos de Durkheim, Weber, Marx e Parsons escolhidos e organizados por Ana Maria de Castro e Edmundo Fernandes Dias. Assim, a citação que fazemos do texto de Weber não é em segunda mão, mas sim em primeira, pois se trata de um dos textos originários de Weber sobre a sua teoria política.

<sup>82</sup> SILVA, Benedicto et al, 1986, *Dicionário de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: Editora de Fundação Getúlio Vargas.

<sup>83</sup> De CASTRO, Ana Maria e DIAS, Edmundo Fernandes, Op. Cit. P. 139.

<sup>84</sup> BALANDIER, Georges, 1971, *Sens et Puissance*, Paris: Presse Universitaires de France.

115. C. 120  
 acepções do termo tradição: tradição como prática social e reguladora de condutas; e tradição como aquilo que determina um tipo de sociedade global ou certos sistemas de relações no seio da sociedade global<sup>85</sup>. Neste estudo adoptamos a segunda acepção pelo facto de ser aquela que pode melhor qualificar as sociedade chamadas tradicionais ou sectores tradicionais duma sociedade global. Neste sentido, a tradição é vista não em oposição à modernidade, mas como algo com uma dinâmica própria e muitas vezes coabitando com a própria modernidade de tal maneira que se torna difícil separar o tradicional do moderno<sup>86</sup>. Tradição seria, assim, a manutenção de instituições, quadros sociais ou culturais, cujo conteúdo se modifica ao longo do processo histórico e vai incorporando novas significações.

#### *Chefe Tradicional:*

Com a reforma administrativa de 1933<sup>87</sup>, o Governo colonial português incorporou, legalmente, o poder/autoridade tradicional no sistema administrativo das suas colónias. Assim, o Decreto-lei n.º 23: 229 de 15 de Novembro de 1933<sup>88</sup>, no seu artigo 77.º atribui às chamadas autoridades gentílicas o estatuto de auxiliares de Administração Civil nas colónias. No 91.º artigo, o mesmo Decreto-lei cria as regedorias:

*“Para efeitos de administração e de polícia nas circunscrições e na parte não urbana dos concelhos deve a população indígena ser agrupada em regedorias. As regedorias podem ser divididas em grupos de povoações e povoações”.*

Neste contexto, os chefes tradicionais receberam a designação de régulos, chefes de povoações e chefes de povoação, de acordo com a sua posição dentro da estrutura do poder/autoridade tradicional. A esta incorporação do poder/autoridade tradicional no sistema administrativo colonial, Artur chama processo de regedorização dos chefes tradicionais<sup>89</sup>. A partir de então, o Governo colonial português passou a interferir nos processos de sucessão dos régulos, tal como reza o artigo 96.º do Decreto-lei n.º 23: 229 de 15 de Novembro de 1933<sup>90</sup>:

<sup>85</sup> Ibidem, p. 105.

<sup>86</sup> Ibidem.

<sup>87</sup> PORTUGAL, Ministério do Ultramar, 1933, *Reforma Administrativa Ultramarina/ Ministério das Colónias*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.

<sup>88</sup> Ibidem.

<sup>89</sup> ARTUR, Domingos do Rosário, Op. Cit. p. 120.

<sup>90</sup> PORTUGAL, Op. Cit.

"Os regedores indígenas são de sucessão hereditária directa ou colateral, segundo os usos e costumes locais; porém o Governo tem o direito de escolha entre os parentes mais próximos quando o herdeiro não convenha à Administração".

É assim que, no período colonial, encontramos régulos que chegaram ao cargo não por mecanismos de sucessão segundo as lógicas do poder/autoridade tradicional, mas, sim, através da interferência da Administração colonial.

*Cherhe Tr. C. 11*

Nesta pesquisa, consideramos chefes tradicionais aqueles indivíduos que, sendo chefes de linhagens, régulos (que chegaram ao poder via Administração colonial), chefes de povoações ou chefes de povoação, constituem uma referência simbólica importante em termos de poder/autoridade nas representações actuais das populações, ou seja, no actual significado que estas figuras construíram e adquiriram junto das populações rurais, porque consideramos o poder/autoridade tradicional como algo que se vai criando e recriando ao longo do processo histórico. Contudo, importa referir que os chefes tradicionais não constituem um grupo homogêneo, pois é possível encontrar no seu interior clivagens, conflitos de interesses e diferenciação.

Em Cheringoma, em termos hierárquicos, os chefes tradicionais se dividem, fundamentalmente, em três categorias: **régulos**, designados localmente por nyakwawa (no singular) e anyakwawa (no plural); **chefes de povoações**, designados localmente por sapanda; e **chefes de povoação**, designados localmente por fumo ou mfumo.

## Capítulo IV - Os Chefes Tradicionais e o Processo do Desenvolvimento Rural

*Este constitui o último capítulo do presente estudo. Nele procuramos, fundamentalmente,<sup>11</sup> descrever e analisar a maneira como os chefes tradicionais articulam as suas funções político-religiosas com os discursos e práticas do desenvolvimento; a relação que mantêm com as suas respectivas comunidades; e, finalmente, a relação que estabelecem com os que concebem e implementam os projectos de desenvolvimento, nomeadamente ONG's, Organismos de cooperação e o Governo. As relações que os chefes tradicionais estabelecem com os diferentes agentes no processo do desenvolvimento rural são analisadas, ao longo deste capítulo, do ponto de vista do conflito.*

### 1. As Funções Político-Religiosas Face aos Discursos e Práticas do Desenvolvimento Rural

A questão do poder/autoridade tradicional encerra em si um cruzamento de várias dimensões tais como a do político, do económico, do parentesco e a do religioso. Assim, as atribuições/funções dos chefes tradicionais não podem ser vistas apenas sob a dimensão política, pois elas se referem a aspectos fundamentais da vida das comunidades, como um todo, nomeadamente a atribuição, o uso e aproveitamento da terra, a manutenção da ordem social, a resolução de conflitos, a realização de sacrifícios, entre outros. Contudo, é importante referir que, no exercício do poder/autoridade sobre as comunidades, o aspecto político-religioso é o que assume maior destaque. Quer dizer, o exercício do poder/autoridade tradicional é percebido como estando ligado a valores místicos, que transcendem a esfera do puramente político. Neste sentido, o chefe tradicional não é apenas um dirigente secular. Ele é também um dirigente religioso<sup>91</sup>. Por isso, falamos aqui em funções político-religiosas dos chefes tradicionais, que, de acordo com os nossos entrevistados<sup>92</sup>, têm a ver, fundamentalmente, com a responsabilidade de guardar a terra, a resolução de conflitos

<sup>91</sup> FÓRTEZ, M. Et EVANS-PRITCHARD, E.E., 1964, *Systèmes Politiques Africains*, Paris: Presse Universitaires de France.

<sup>92</sup> Referimo-nos aos chefes tradicionais de Cheringoma, particularmente dos regulados de Chidanga e Tsotse.

e a oferenda do sacrifício. Vejamos, ainda que resumidamente, cada um destes aspectos.

### *A Responsabilidade de Guardar a Terra*

No que diz respeito à terra, ela é concebida como fonte de existência material da comunidade, pois nela os indivíduos fixam suas residências e cultivam para o seu sustento. A terra pertence aos antepassados, que, segundo se crê, continuam a fazer parte do quotidiano dos vivos dando-lhes protecção e providenciando chuva em tempos de seca prolongada. Assim, os territórios dos chefes tradicionais levam o nome das suas respectivas linhagens, particularmente quando se trata de régulos ou sapandas<sup>93</sup>. Este é o caso, por exemplo, dos territórios dos régulos Chidanga, Tsoitse e dos sapandas Swere, Rosa Inhaminga e Chide.

A ligação entre a linhagem do chefe tradicional e o seu território tem a ver, entre outras razões, com o facto de os antepassados da sua linhagem terem sido ali enterrados<sup>94</sup>. E esta ligação é tão forte que leva a que o chefe tradicional e as suas respectivas populações considerem o seu território como "casa". Assim se percebe, por exemplo, que, com o fim do conflito armado em 1992, muitas populações tenham procurado voltar a fixar-se nos seus antigos territórios. Foi neste processo<sup>95</sup> que cada chefe tradicional foi reconduzido ao seu cargo, pela Renamo, na altura da conhecida dupla administração. O processo de recondução procurou obedecer aos critérios de sucessão vigentes nas antigas chefaturas. Nalguns casos, a Renamo não conseguia localizar, com facilidade, os indivíduos que tinham o direito de suceder aos cargos, pelo facto de

<sup>93</sup> De acordo com os nossos entrevistados - os chefes tradicionais - no caso dos fumos, em Cheringoma, é preciso distinguir duas categorias de fumos: em primeiro lugar, aqueles cujos ascendentes eram fumos, ou seja, aqueles que chegaram ao cargo via sucessão. Este é o caso dos fumos Khenessy, Baera, Birira. Nestes casos, os seus territórios também levam o nome das suas respectivas linhagens; em segundo lugar, aqueles que não provêm de famílias tradicionalmente de fumos, ou seja aqueles que chegaram ao cargo via nomeação pelo régulo após a consulta ao conselho dos anciãos. Este é o caso dos fumos Chante, Lourenço, Tomo e Gudo. Contudo, uma vez nomeados, os seus cargos passam a submeter-se às regras de sucessão vigentes no regulado.

<sup>94</sup> LAN, David, 1985, *Guns & Rain. Guerrillas & Spirit Mediums in Zimbabwe*, London: James Currey Ltd.

<sup>95</sup> É importante referir que o processo de recondução dos chefes tradicionais aos seus cargos, pela Renamo, não começou com o fim da guerra em 1992. Na realidade, a Renamo, à medida que ia tendo zonas sob seu controle administrativo, ela ia montando sua estrutura que incluía as chefaturas tradicionais. Relativamente à zona de Inhaminga, o processo chegou tarde pelo facto de a vila e arredores ter ficado sem habitantes a partir dos meados da década de 80 até ao fim do conflito armado em 1992, tal como nos referimos atrás. Com o fim da guerra em 1992, o processo de recondução dos chefes tradicionais foi consolidado em todas as zonas sob a administração da Renamo.

terem fugido para zonas distantes da vila sede durante a guerra. Nestes casos, foram as próprias populações que informaram à Renamo o paradeiro dos legítimos sucessores. E chamados a assumir os seus cargos eles voltaram a ser chefes nos seus respectivos territórios. Fumo Khenessy, referindo-se ao que se passou a seguir ao fim do conflito armado, em 1992, disse:

*“(...) depois da guerra todos aqueles, cujos antepassados foram chefes e tinham o direito à sucessão foram convocados pela Renamo para voltar a assumir cargos de chefia a nível das suas comunidades”<sup>96</sup>.*

E, por seu turno, sapanda Rosa Inhaminga falando do processo da sua recondução disse:

*“(...) durante o conflito armado, eu estava na zona de Mazamba, cerca de 25 kms da vila sede. Terminada a guerra em 1992, a Renamo, com ajuda das populações, foi à minha procura à Mazamba, para que eu viesse ocupar o cargo de sapanda aqui em Inhaminga”<sup>97</sup>.*

Estes dois extractos de entrevistas mostram-nos que, após o conflito armado em 1992, o processo de recondução dos chefes tradicionais, em Cheringoma, não foi arbitrário. A Renamo procurou obedecer às regras de sucessão, que privilegiam as linhagens dos antigos chefes, facto que reforça a ligação entre o chefe e o seu território, legitimando a ideia do chefe tradicional como guardião da terra sob o seu controle.

Os discursos e práticas do desenvolvimento recorrentes, em Cheringoma, põem a sua tónica no envolvimento das comunidades em projectos que visam o melhoramento das suas condições de vida, o que praticamente se tem traduzido nos esforços de combate à pobreza. Assim, os agentes do desenvolvimento comunitário presentes em Cheringoma, nomeadamente técnicos da GTZ, CEDES, Amai Apa Banda, Igreja Católica, ORAM e do Governo têm trabalhado com as comunidades fundamentalmente no aspecto da sensibilização para a participação em acções e projectos de desenvolvimento tais como construção/reabilitação de escolas, postos de saúde, estradas, fontanários, fomento pecuário, fomento da cultura de girassol e vários projectos de comida pelo trabalho.

<sup>96</sup> Entrevista com fumo Khenessy, Cheringoma, 25/ 02/ 01.

<sup>97</sup> Entrevistas com sapanda Rosa Inhaminga, Cheringoma, 27/02/01.

Ora, face a estes discursos e práticas de envolvimento, participação das comunidades em projectos de desenvolvimento, os chefes tradicionais incorporam novos conteúdos à sua função de guardar a terra, os territórios sob o seu controle. Assim, a terra de que o chefe tradicional é guardião não é apenas fonte de existência, no sentido de fixação de residência e produção para o sustento, mas também no sentido de construção de empreendimentos para o bem-estar da comunidade. Neste sentido, o uso e aproveitamento da terra pelas ONG's, Governo e outros organismos visando a mudança das condições de vida das comunidades não pode ignorar a existência desses indivíduos que têm a responsabilidade de guardar a terra, aqueles que vão pedir a autorização aos antepassados - os donos da terra - para a fixação de qualquer empreendimento de desenvolvimento no seu território: escola, posto de saúde, etc. Daí que os chefes tradicionais façam questão de exigir que sejam informados e, sobretudo, consultados acerca do local onde se vai construir ou fazer algo. A este propósito, dizia um régulo:

*“(...) se por ventura aparecer uma ONG, Governo ou quem quer que seja e quiser montar uma moageira, caminho de ferro ou serração, construir escola, hospital aqui na minha zona sem antes me informar eu não vou me sentir bem. Os espíritos dos meus antepassados - os donos da terra - não vão ficar satisfeitos. É preciso que me informem, me consultem, por forma a que eu ofereça um sacrifício no local onde querem construir”<sup>98</sup>.*

Refira-se, contudo, que essa consulta aos chefes tradicionais não é apenas em relação ao local de construção de infra-estruturas, mas também em relação à participação das próprias comunidades em projectos de desenvolvimento, em virtude do poder/autoridade que os chefes têm junto das suas comunidades.

#### *A Resolução de Conflitos*

Na sua responsabilidade de guardar a terra, os chefes tradicionais velam também pela manutenção da ordem social nos seus respectivos territórios, assumindo a tarefa de

<sup>98</sup> Entrevista com régulo Tsotse, Cheringoma, 05/ 03/ 01.

resolver conflitos, concretamente aqueles que são resultantes da feitiçaria, infidelidade conjugal, roubos, agressão física, ocupação ilícita de terrenos, entre outros. A resolução de conflitos é percebida, assim, pelos próprios chefes tradicionais, como um dever de extrema importância onde a referência aos antepassados é fundamental. Assim, os casos presentes são resolvidos recorrendo aos casos passados semelhantes. É um processo complexo, em que a preocupação pelo cumprimento das normas dos antepassados em matéria de resolução de conflitos leva a que os chefes tradicionais contem sempre com a ajuda dos conselheiros, designados "mathubu".

No contexto do desenvolvimento rural, a manutenção da ordem social se revela importante se tivermos em conta os próprios discursos e práticas do desenvolvimento, que insistem no envolvimento das comunidades, facto que exige uma organização da parte dessas mesmas comunidades, o que, por sua vez, requer um mínimo de paz social. Conflitos mal solucionados podem contribuir para a ausência de paz social no seio das populações, o que pode ter impacto negativo na sua capacidade de auto-organização com vista a identificar e procurar resolver os seus problemas.

#### *A Oferenda do Sacrifício<sup>99</sup>*

Este aspecto das funções político-religiosas não é extensivo a todos os chefes tradicionais, pois apenas os régulos e sapandas é que têm a responsabilidade de oferecer o sacrifício<sup>100</sup>. Na região de Cheringoma podemos encontrar dois tipos de sacrifício público: sacrifício para pedir a Chuva; sacrifício para a construção/inauguração de infra-estruturas.

O primeiro tipo de sacrifício (pedido de chuva) tem vindo a ser praticado desde os tempos antigos e nele o papel dos fumos tem sido essencialmente comunicar aos régulos e sapandas a necessidade da realização do sacrifício. No dizer dos nossos entrevistados o sacrifício para obtenção da chuva é realizado a pedido das comunidades, que informam, em primeiro lugar, aos fumos e estes, por sua vez, fazem chegar a mensagem aos régulos e sapandas. Daí, há um apelo feito às comunidades no

<sup>99</sup> De acordo com os nossos entrevistados (os chefes tradicionais) existem dois tipos de sacrifícios: o sacrifício público, aquele que visa a obtenção de benefícios para a comunidade e é oferecido na presença da comunidade e com a participação da comunidade sob a direcção dum régulo ou sapanda; e o sacrifício privado, aquele que é oferecido visando a obtenção de benefícios para a família ou indivíduo singular. Em geral este tipo de sacrifício é oferecido na família sob a direcção do chefe da família.

sentido de contribuem com o pouco<sup>101</sup> que têm para o fabrico de bebida tradicional, que será oferecida como sacrificio e servida depois aos participantes da cerimónia.

O segundo tipo de sacrificio (para reabilitação/construção de infra-estruturas), embora fosse praticado ocasionalmente no passado, a sua prática frequente tem vindo a realizar-se nos últimos tempos, no âmbito da construção de infra-estruturas, no contexto do desenvolvimento rural. Para este tipo de sacrificio, as comunidades não são chamadas a contribuir com o que têm. A contribuição cabe aos Organismos (ONG's, Governo e outros) que entram nos territórios dos chefes com projectos de construção de alguma infra-estrutura ou qualquer empreendimento. Eles podem dar dinheiro para a compra dos produtos pedidos ou então dão os próprios produtos constituídos por bebidas, cigarros, arroz, dependentemente do que o chefe tradicional disser ser necessário para a cerimónia. Sapanda Chide lembra-se do que pediu à organização que construiu a escola primária da sua zona:

*“(...)quando vieram, após me terem informado acerca da construção da escola, no fim perguntaram-me se havia mais alguma coisa que deviam fazer. Eu respondi-lhes dizendo que era preciso realizar um sacrificio e, para isso, deviam comprar vinho, pães, açúcar, arroz, limonada, tabaco, aguardente. Depois de comprar tudo isso venham me entregar por forma a que eu possa oferecer sacrificio no local onde vai ser construída a escola. Após o sacrificio, podem começar a trabalhar. Não-de ver que tudo vai correr bem”<sup>102</sup>.*

Relativamente às palavras que o mestre da cerimónia profere ao longo do sacrificio, é importante notar que há uma referência clara ao sucesso da obra a ser erguida/inaugurada e um sentido profundo dos benefícios da própria obra para a comunidade. A este propósito, sapanda Chide declarou:

*“(...) em poucas palavras, o que eu disse na cerimónia do sacrificio que ofereci para a construção da escola que temos foi: deixai<sup>103</sup> que eles façam o seu trabalho, que a nossa escola tenha sucesso, que os nossos filhos estudem bem e não permitais que as obras caiam”<sup>104</sup>.*

<sup>100</sup> Entrevista com régulo Chidanga, Cheringoma, 25/ 02/ 01.

<sup>101</sup> Em geral as comunidades dão um pouco de milho, mapira ou arroz das campanhas agrícolas anteriores.

<sup>102</sup> Entrevista com sapanda Chide, Cheringoma, 01/ 03/ 01.

<sup>103</sup> Refere-se aos antepassados.

<sup>104</sup> Entrevista com sapanda Chide, Cheringoma, 01/ 03/ 01.

O sacrifício oferecido para efeitos de construção/inauguração de infra-estruturas revela uma dimensão importante do agir dos chefes tradicionais no processo do desenvolvimento rural: eles articulam as suas funções político-religiosas com os discursos e práticas do desenvolvimento recriando, reinterpretando essas funções dando-lhes um novo sentido, um novo significado. Assim, a realização do sacrifício público deixa de ter um único sentido de fertilidade da terra, através do pedido da chuva, e passa a incorporar também o sentido do melhoramento das condições de vida na área social através do pedido do sucesso aos antepassados pelo bom andamento do empreendimento em construção ou a inaugurar. O mesmo se diga relativamente ao sacrifício oferecido por ocasião do início dos trabalhos de desminagem.

Os chefes tradicionais – régulos e sapandas – estão conscientes do dever que têm de realizar sacrifício, mas nem todas as circunstâncias, ocasiões, em que esse sacrifício deve ser realizado estão previstas, preestabelecidas na tradição. Neste sentido, o dever de oferecer sacrifício existe numa forma vaga, o que possibilita a sua manipulação quando o actor, neste caso o régulo ou sapanda, é confrontado com uma circunstância específica, aquela que é criada pelos discursos e práticas do desenvolvimento rural.

## 2. A Relação com as Comunidades

Apesar do poder/autoridade tradicional, enquanto instituição, estar ligada a valores místicos, a uma dimensão do religioso, a figura do chefe tradicional não pode ser vista como algo de consensual, de pacífico, na medida em que ela encerra em si clivagens, conflitos, que se revelam na sua relação com as comunidades ao longo do processo histórico. Aliás, Isaacman procurou mostrar essa conflitualidade manifesta entre os chefes tradicionais e as suas comunidades, particularmente os camponeses, ao referir-se à posição ambígua dos chefes no regime do cultivo forçado do algodão, 1938 - 1961, ao se assumirem como hesitantes executores de uma política colonial injusta, o que, com frequência, os tornava alvo de descontentamento rural<sup>105</sup>.

---

<sup>105</sup> ISAACMAN, Allen, Op. Cit.

Hoje, embora num contexto diferente daquele analisado por Isaacman<sup>106</sup>, a relação entre os chefes tradicionais e as suas comunidades, no distrito de Cheringoma, tão-pouco pode ser descrita como sendo livre de conflitos, embora os próprios chefes tenham dito nas entrevistas que têm conseguido trabalhar com as comunidades. Os conflitos a que nos referimos resultam, por um lado, da tarefa de cobrança de impostos que os chefes têm vindo a desempenhar desde o período colonial e, por outro lado, esses conflitos são resultantes do facto de os chefes tradicionais serem considerados parceiros directos do Governo, ONG's e Organismos de cooperação em projectos do desenvolvimento rural.

No tocante ao conflito resultante da tarefa de cobrança de impostos é importante não perdermos de vista que estamos a falar duma zona profundamente afectada pela guerra terminada em 1992, que paralisou, por completo, as actividades dos CFM e das serrações levando para o desemprego a maior parte da população activa do distrito. Quando os chefes vão para as povoações cobrar impostos<sup>107</sup>, em cumprimento do que dizem ser seu dever perante a Administração, eles acabam entrando em choque com as populações, que criticam abertamente a atitude dos chefes. A este propósito, um dos chefes disse:

*“(...) a maior dificuldade que nós temos no relacionamento com as comunidades tem a ver com o pagamento de impostos. A cobrança de impostos traz-nos muitos problemas. Por exemplo, há pouco tempo eu recebi uma carta para o pagamento de impostos. Convoquei a comunidade, informei, mas quase todos disseram que não sabiam onde iam buscar o dinheiro para o pagamento de impostos dado que não há emprego em Cheringoma”<sup>108</sup>.*

A atitude hostil das comunidades para com o pagamento de impostos merece uma análise aprofundada. Será a falta de emprego, e portanto de dinheiro, a razão fundamental que leva a que as populações se recusem a pagar impostos? Pensamos que não. De facto, se compararmos o comportamento das comunidades face aos impostos com aquele que essas mesmas comunidades têm face às taxas<sup>109</sup> de participação para a manutenção das bombas dos fontanários, veremos que as comunidades agem

<sup>106</sup> Ibidem.

<sup>107</sup> De acordo com os nossos entrevistados - chefes tradicionais e a própria população, a taxa do imposto são 10.000,00mt/ano (Dez mil meticais por ano).

<sup>108</sup> Entrevista com fumo Lourenço, Cheringoma, 04/ 03/ 01.

<sup>109</sup> A taxa de participação é de 5.000,00mt/mês (cinco mil meticais por mês).

situacionalmente visando os seus próprios objectivos. Fumo Chante, falando da construção de fontanários na sua povoação, disse:

*“(...) no próximo mês de Abril vai começar a construção de dois fontanários aqui na nossa comunidade. Eu pessoalmente fui falar com o Governo distrital na pessoa do director distrital de Obras Públicas e Habitação. Dias depois, apareceram funcionários dizendo que o pedido de construção de fontanários tinha sido aceite e que se exigia que a comunidade participasse em dinheiro com uma taxa de 5.000,00 Mt por família, para efeitos de manutenção das bombas a ser colocadas. Eu convoquei a comunidade, dei a informação que recebi do Governo distrital. A comunidade ficou satisfeita e aceitou participar em dinheiro dizendo que de facto há muito tempo que a povoação necessitava fontanários para acabar com a situação de ter que percorrer longas distâncias à procura de água”<sup>110</sup>.*

As duas situações atrás referenciadas, nomeadamente pagamento de impostos e taxas de participação para a manutenção das bombas, mostram como os indivíduos, membros das comunidades em causa, têm atitudes, reacções específicas em determinadas circunstâncias tendo em consideração o que melhor serve aos seus interesses. Na primeira situação (a dos impostos) criticam abertamente os chefes tradicionais e alegam falta de dinheiro pelo facto de serem desempregados e na segunda situação (a das taxas para as bombas de água) os chefes não são criticados e a questão do desemprego nem sequer é mencionada, por considerarem que uma atitude de recusa do pagamento das taxas iria contra os seus interesses imediatos naquelas circunstâncias - a urgência da água na povoação. Quer dizer, o comportamento dos indivíduos resultante do pagamento de impostos, por um lado, e aquele face às taxas de participação, por outro, revelam uma escolha situacional, por parte das comunidades. Por isso, dissemos atrás que a falta de dinheiro não pode ser considerada como a razão principal da atitude de aversão das populações para com os impostos. A razão, pensamos nós, prende-se com o facto de as comunidades não sentirem, nas suas vidas, os benefícios directos dos pagamentos dos impostos. Os impostos não servem aos interesses imediatos das comunidades, numa situação onde há grandes carências em termos de infra-estruturas, falta quase tudo.

Tal como dissemos acima, o conflito entre os chefes tradicionais e suas comunidades resulta também do facto de os chefes serem tidos como parceiros directos das ONG's,

<sup>110</sup> Entrevista com fumo Chante, Cheringoma, 25/ 02/ 01.

Governo e outros organismos em projectos do desenvolvimento rural implementados nas suas povoações, particularmente os projectos comida pelo trabalho. Os projectos comida pelo trabalho enquadram-se na nova filosofia de actuação das ONG's e organismos de cooperação internacional na intervenção rural, marcando a passagem da fase de emergência/assistência humanitária (que vai praticamente desde o fim da guerra em 1992 até pouco depois das primeiras eleições gerais, em que às populações não se exigia nenhuma contrapartida para se beneficiar dos projectos) para a fase chamada do desenvolvimento (que vai de 1995 aos nossos dias, em que às populações se exige um envolvimento através do trabalho, recebendo incentivos materiais ou não).

Relativamente ao período do nosso estudo 1994 -1999, a maior parte dos projectos comida pelo trabalho era coordenada pelo Governo distrital e pela Missão da Igreja Católica local, embora o financiamento proviesse das ONG's e organismos de cooperação, nomeadamente Terre des Hommes, Fundação Contra Fome, PMA e GTZ<sup>111</sup>. Nos últimos anos (a partir de 1997), a GTZ tem sido o organismo que, duma forma mais sistemática, tem vindo a financiar os projectos comida pelo trabalho, de tal forma que possui um sector denominado precisamente comida pelo trabalho. Contudo os projectos comida pelo trabalho absorvem pouca gente, se tomarmos em consideração as necessidades do próprio distrito. A título de exemplo, vejamos as duas tabelas que se seguem:

---

<sup>111</sup> Entrevista com o administrador do distrito, Cheringoma, 09/ 03/ 01.

**Tabela 1**

Zona	Tipo de Actividade
Inhaminga	Manutenção do aeródromo (pista)
Dimba	Construção de seis casas para viúvas
Matondo	Construção de sala de aulas e duas casa para professores
Inhaminga	Construção de três casas para professores
Inhaminga	Limpeza do hospital e seus anexos
Santa-Fé	Corte de estacas para construção
Inhaminga	Limpeza do centro de crianças de Inhaminga
Nyansowe, Ndunguyanga, Thombo, Chidanga, Igreja local na vila de Inhaminga	Sensibilização contra minas

Número de beneficiários do projecto: 75 pessoas

Fonte: GTZ/INDER/PRRS, 1998, Relatório de Actividades do Mês de Janeiro de 1998, Inhaminga: Administração Distrital de Cheringoma.

**Tabela 2**

Zona	Tipo de Actividade
Mazamba	Limpeza de estradas
Dimba	Construção de viveiros
Vila sede	Campanha de sensibilização contra minas
Vila sede	Descarregamento de camião
Matondo	Construção de escola e casas de professores
Birira	Construção de casa para idosos

Número de beneficiários do projecto 146 pessoas

Fonte: GTZ/INDER/PRRS, 1998, Relatório de actividades do mês de Maio de 1998, Inhaminga: Administração Distrital de Cheringoma.

A fraca capacidade de abrangência que os projectos comida pelo trabalho têm pode ser ilustrada a partir das tabelas acima apresentadas. Assim, para o mês de Janeiro (tabela 1), em cerca de 10 zonas, o projecto beneficiou 75 pessoas, o que significa, aproximadamente, 8 pessoas, em média, por cada povoação; para o mês de Maio (tabela 2), em 5 povoações o projecto beneficiou 147 pessoas, o que dá, aproximadamente, 29 pessoas, em média, por cada zona. Além disso, estes projectos não aparecem numa forma regular, ao longo do ano, pelo facto de estarem inteiramente dependentes da capacidade financeira dos financiadores, neste caso a GTZ.

Quando surgem os projectos comida pelo trabalho, a responsabilidade de selecção das pessoas a ser abrangidas cabe aos chefes tradicionais, pelo facto de se pressupor que, melhor do que os coordenadores dos projectos, eles conhecem as suas respectivas comunidades.

Nestas circunstâncias, exige-se dos chefes tradicionais maior responsabilidade nos critérios de selecção, que segundo disseram, primam pelo princípio de equidade por forma a que todos os membros das suas comunidades possam ser beneficiários, poucos de cada vez.

A situação da falta de recursos financeiros, por parte da maioria das populações de Cheringoma, incluindo os próprios chefes tradicionais, leva a que os projectos comida pelo trabalho sejam considerados por muitos deles como fonte de rendimento. Assim, muitas vezes, o princípio de equidade, pelo qual os chefes dizem guiar-se, é negociado pelos próprios chefes tradicionais, levando-os a agir situacionalmente. Quer dizer, as circunstâncias da carência material generalizada que se vive nas povoações, levam a que o princípio de equidade seja suavizado, atenuado, pelos régulos, sapandas e fumos no seu agir concreto, na selecção dos membros das comunidades para os projectos. A manipulação da equidade, na prática, tem-se traduzido na arbitrariedade dos critérios de selecção, donde o conflito com as comunidades. Podemos dizer, portanto, que na sua tarefa de seleccionar pessoas para os projectos, os chefes tradicionais também realizam escolhas situacionais, pelo facto de agirem de acordo com circunstâncias específicas fazendo uso menor possível do princípio de equidade, com finalidade de favorecer seus interesses: tirar maiores vantagens possíveis do seu status de chefe tradicional, seleccionando indivíduos mais próximos de si, particularmente parentes, amigos e

vizinhos. No regulado Chidanga, um grupo de homens e mulheres, mostrando o seu descontentamento com os critérios de selecção usados pelo régulo, disse:

*“ (...) aqui na nossa povoação, quando chegam os projectos, são sempre as mesmas pessoas que são chamadas. Nós que não somos conhecidos do régulo, poucas vezes somos contemplados. Desde o começo do ano passado (2000), esta é a primeira vez que estamos a ser abrangidos pelo projecto. Mas há pessoas aqui que sempre que aparecem projectos são chamadas”<sup>112</sup>*

### **3. A Relação com as ONG's, Organismos de Cooperação, Governo e a Participação em Projectos do Desenvolvimento**

Até 1997, altura em que foram produzidos os Perfis de Desenvolvimento Distrital, no âmbito do projecto conjunto ACNUR/PNUD, havia no distrito de Cheringoma cerca de oito Organismos<sup>113</sup> a trabalhar em actividades ligadas ao desenvolvimento rural<sup>114</sup>. Além destes oito organismos temos também o próprio Governo, através da Administração distrital, e a Missão da Igreja Católica local. As suas principais áreas de intervenção eram, fundamentalmente, a agricultura, segurança alimentar, saúde, educação, pecuária e construção/reabilitação de infra-estruturas. De 1998 a 1999, em virtude do término dos contratos de alguns desses organismos, o cenário mudou. De oito, o distrito passou a contar com quatro, nomeadamente a GTZ, que trabalha na construção/reabilitação de infra-estruturas e capacitação das comunidades em desenvolvimento comunitário; CEDES, que também trabalha na área de construção/infra-estruturas e desenvolvimento comunitário; ORAM, que desenvolve suas actividades na área de conflito de terras e Amai Apa Banda, que trabalha na capacitação da mulher para actividades de desenvolvimento. Destes quatro, apenas dois, nomeadamente a GTZ e a CEDES são de grande impacto.

<sup>112</sup> Entrevista com um grupo de 7 homens e 12 mulheres do regulado Chidanga, Cheringoma, 28/02/01.

<sup>113</sup> Trata-se da Fundação Contra Fome (FCF), Centro Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento (CICS), Terre des Hommes, GTZ, CUAMM, Amai Apa Banda, RRR e INDER

<sup>114</sup> Vide ACNUR/PNUD, Op. Cit.

Duma forma geral, as ONG's e os organismos a trabalhar em Cheringoma reconhecem a existência e a importância das chefaturas tradicionais no seio das comunidades. Num relatório da GTZ/PRODER, pode-se ler:

*"(...) the traditional authorities play a major role in the communities and are, therefore, the first to be approached. They are also the ones to whom the people report any findings and are thus the vital link between the population and the district administration"*<sup>115</sup>.

Nas acções levadas a cabo pelos agentes do desenvolvimento comunitário, os chefes tradicionais são as primeiras pessoas a ser contactadas, dada a sua influência e capacidade de mobilização, não obstante o facto de serem figuras que encerram conflito, tal como nos referimos atrás. Joaquim Manuel, um agente do desenvolvimento comunitário, falando do seu trabalho disse:

*"(...) quando nós vamos trabalhar a uma comunidade, a primeira coisa que fazemos é localizar o régulo, o sapanda ou o fumo da povoação, a quem informamos o motivo e os objectivos da nossa chegada à comunidade. Depois disso pedimos a sua colaboração, particularmente na mobilização da comunidade. Só depois disso é que vamos nos encontrar com os membros da comunidade, num encontro convocado pelo chefe tradicional, afim de nos apresentarmos e informarmos os objectivos do nosso trabalho"*<sup>116</sup>.

Este reconhecimento da importância dos chefes tradicionais em projectos de desenvolvimento rural, coloca-os numa posição de parceiros. Contudo, muitas vezes, as lógicas e estratégias usadas pelos chefes tradicionais chocam com a própria filosofia de acção das ONG's e organismos de cooperação a trabalhar no distrito. Enquanto estes últimos insistem no envolvimento, participação, das comunidades, neste caso dos chefes tradicionais, em projectos de desenvolvimento, com criatividade e iniciativa, numa forma incondicional, os chefes tradicionais guiam-se pela lógica de prestação de serviços e estratégia de escolha situacional, pelo facto de condicionarem a sua colaboração ao pagamento de alguma remuneração ou a outra contrapartida qualquer, procurando sempre aquilo que favorece mais os seus interesses. Estamos aqui em presença do que Olivier de Sardan<sup>117</sup> chama lógica de assistencialismo, uma lógica

<sup>115</sup> GTZ/PRODER, 29/ 07/ 1998, *Interim Report on CMA Concept Development, Community Facilitators Training and Community Mobilisation*, Inhaminga: Administração Distrital de Cheringoma

<sup>116</sup> Entrevista com Joaquim Manuel, Cheringoma, 12/ 03/ 01.

<sup>117</sup> OLIVIER DE SARDAN, J.P., Op. Cit.

contrária à do “self-reliance” (contar com as suas próprias forças). A lógica do assistencialismo é aquela em que há preferência pela maximização das ajudas externas, tentando beneficiar-se o máximo possível das vantagens financeiras ou materiais que um projecto oferece, dando o mínimo em contrapartida.<sup>118</sup> Falando da participação dos chefes tradicionais em projectos de desenvolvimento rural, Charles e Cecília disseram:

*“(...) Aqui em Cheringoma, não é fácil trabalhar com os chefes tradicionais em acções que visam o melhoramento da vida das comunidades. Quando lhes pedimos um envolvimento mais activo na mobilização, consciencialização das comunidades, eles exigem que lhes paguemos. Exigem dinheiro. Isso acontece sobretudo aqui no regulado Chidanga<sup>119</sup>. Poucas vezes trabalham sem exigir uma contrapartida”.*<sup>120</sup>

A atitude dos chefes tradicionais que acabámos de fazer referência revela, de alguma forma, uma tentativa de manipulação do seu status para ganhar vantagens pessoais, enquanto indivíduos. Neste sentido, o caso da abertura de furos para fontanários pode ser ilustrativo. Quando uma ONG, Governo ou qualquer outro organismo pretende construir um fontanário numa comunidade, o chefe tradicional é quem tem a responsabilidade de indicar o local onde se deve localizar o fontanário, por razões a que já nos referimos atrás, quando falámos das funções político-religiosas face aos discursos e práticas do desenvolvimento. Mas, muitas vezes, o chefe escolhe o local mais próximo da sua casa. Assim se percebe que a maior parte dos fontanários construídos nas povoações se localiza perto das casas dos chefes tradicionais. Falando dos planos de construção de dois fontanários na sua povoação, fumo Chante disse:

*“Este ano serão construídos dois fontanários aqui na nossa comunidade e um dos quais vai localizar-se aqui perto do meu quintal, em virtude do facto de, como fumo, receber muitos visitantes. Muita gente chega à minha casa e para minimizar o problema da falta de água para oferecer aos meus hóspedes, um dos fontanários será construído aqui perto”*<sup>121</sup>.

No que concerne ao Governo, a relação que existe entre este e os chefes tradicionais no âmbito do desenvolvimento rural revela, igualmente, uma lógica de assistencialismo e

<sup>118</sup> Ibidem, p. 136.

<sup>119</sup> Regulado Chidanga é o maior regulado de Cheringoma. Abrange a vila sede - Inhaminga - e arredores. Conta com um régulo, três sapandas e seis fumos.

<sup>120</sup> Entrevista com Charles e Cecília da GTZ e Amai Apa Banda, respectivamente, Cheringoma, 23/02/01.

<sup>121</sup> Entrevista com fumo Chante, Cheringoma, 25/02/2001.

uma estratégia de escolha situacional, por parte dos chefes, tal como acontece relativamente às ONG's e outros organismos de cooperação. Antes de mais, é importante referir que a maior parte dos projectos do desenvolvimento rural, sobretudo comida pelo trabalho, embora financiados, particularmente, pela GTZ/PRODER e CEDES, chega às comunidades via Governo distrital. Aqui, a lógica usada pelos chefes tradicionais pauta pela exigência de remuneração pelo trabalho que realizam. Quanto à estratégia, ela tem a ver com a selecção de regras, normas, princípios de actuação de acordo com as circunstâncias concretas. Portanto, também se assiste, a este nível, a uma escolha situacional. De facto, em projectos de desenvolvimento rural, os chefes seleccionam os princípios que usam. Por exemplo, eles sabem, pôr de lado a sua filiação partidária<sup>122</sup> quando trabalham com o Governo em projectos do desenvolvimento, particularmente, aqueles que têm a ver com comida pelo trabalho. Por se tratar dum Governo da Frelimo e dado o clima de tensão política que se vive no distrito, contrariamente ao que seria de esperar, os chefes não recusam trabalhar com o Governo distrital, pois sabem que isso não iria favorecer os seus interesses numa situação em que, tal como dissemos acima, os projectos comida pelo trabalho constituem uma fonte de rendimento. Mas, em circunstâncias de campanha eleitoral, quando os membros do Governo distrital pedem aos chefes tradicionais para fazer campanha eleitoral pela Frelimo, o mesmo princípio - filiação partidária - não é posto de lado pelos chefes tradicionais, como acontece em projectos de desenvolvimento, por considerarem que a recondução aos seus cargos de chefia foi graças à vontade política da Renamo. Daí, a razão de recusarem fazer campanha pela Frelimo. Fumo Baera, falando da campanha eleitoral de 1999 disse:

*"(...) durante a campanha eleitoral a Frelimo veio ter comigo pedindo-me para eu fazer campanha a seu favor junto da minha comunidade. Eu recusei porque a Frelimo durante muito tempo não nos considerou e foi a Renamo que nos reconduziu aos nossos cargos. Por isso, eu não posso aceitar fazer campanha pela Frelimo"*<sup>123</sup>.

<sup>122</sup> Todos os chefes tradicionais que entrevistámos declararam pertencer ao partido Renamo, com a excepção de uma sapanda, que, nas eleições de 1999, mudou para a Frelimo, pela qual fez campanha na sua povoação. A acção desta sapanda pode ser considerada como uma manipulação do seu status de chefe tradicional para tirar vantagens, benfícios para a sua comunidade e para si própria, pois ela, em entrevista, disse que esperava que após as eleições, com a vitória da Frelimo, a sua povoação fosse beneficiar de mais projectos de comida pelo trabalho e construção de infra-estruturas, particularmente, fontanários, mas não aconteceu.

<sup>123</sup> Entrevista com fumo Baera, Cheringoma, 01/ 03/ 01.

Pela análise da relação chefes tradicionais/organismos que trabalham no desenvolvimento rural em Cheringoma, incluindo o Governo, pode-se depreender que a participação dos chefes tradicionais em projectos de desenvolvimento é fortemente marcada por aquilo que designámos lógica de assistencialismo e estratégia de escolha situacional, onde os incentivos materiais constituem um elemento importante. Apesar disso, porém, é importante sublinhar que esta situação não se verifica no regulado Tsotse, cujo régulo, sapanda e fumos são considerados, pelas ONG's e outros organismos que trabalham no terreno, uma excepção em Cheringoma. Charles, funcionário da GTZ/PRODER, falando do trabalho da sua organização no regulado Tsotse disse:

*" (...) o régulo Tsotse e seus colaboradores constituem caso único aqui em Cheringoma. Ele e a sua comunidade têm conseguido trabalhar sem exigir pagamento em dinheiro ou quaisquer bens materiais. Além de terem construído uma escola EPI na sua povoação, com o envolvimento de toda a comunidade, sem nenhum pagamento, eles, sob a direcção, animação do régulo, mobilizaram-se e foram ajudar a construir um posto de saúde numa povoação vizinha, do mesmo regulado, sem exigir nenhuma remuneração. Este caso é único. No regulado Tsotse, podemos falar duma participação activa da comunidade em projectos de desenvolvimento rural"<sup>124</sup>.*

O relato deste funcionário da GTZ/PRODER, que dá conta de diferenças, em termos de atitudes dos chefes tradicionais e suas respectivas comunidades para com acções do desenvolvimento rural, reforça a última parte da nossa hipótese de trabalho, segundo a qual os chefes tradicionais (...) passam a exercer uma influência significativa na maneira como as suas comunidades participam no desenvolvimento. De facto, naquelas povoações onde os chefes tradicionais guiam-se mais por aquilo que chamámos lógica de assistencialismo, a participação das populações é marcada por incentivos materiais, que funcionam como remuneração, e nas zonas onde os chefes guiam-se menos pela lógica de assistencialismo, a participação das comunidades é menos marcada por incentivos materiais. Contudo, apesar disso, pensamos que a razão da diferença de atitudes entre o regulado Tsotse e o resto dos regulados de Cheringoma, merece a nossa atenção especial e abre pistas para a formulação de novas hipóteses para as nossas futuras pesquisas sobre o tema tratado neste estudo.

<sup>124</sup> Entrevista com Charles, funcionário da GTZ/PRODER, Cheringoma, 27/ 02/ 01.

## CONCLUSÃO

A natureza e as circunstâncias do estudo empreendido não nos permitem chegar a conclusões definitivas, por um lado, por se tratar dum projecto de investigação e, por outro, em virtude dos constrangimentos que têm a ver com o tempo de permanência no terreno e as vias de acesso, tal como nos referimos na introdução do trabalho. Contudo, existem alguns aspectos importantes, relativamente à questão inicialmente posta, que merecem a nossa consideração.

Este estudo sugere que a problemática do poder/autoridade tradicional, particularmente os chefes tradicionais, deve ser discutida tomando em consideração o contexto histórico-cultural em que ela se insere, aquilo que, ao longo do estudo, considerámos como o contexto de interacção. Assim, o poder/autoridade tradicional não surge nem como algo de idílico, romantizado, cuja restauração se procura a todo o custo, nem como algo de ultrapassado, estático, constantemente conotado com a traição que lhe é imputada no contexto colonial. Os chefes tradicionais interagem nos múltiplos processos negociando as suas normas, valores, assumindo novos significados no contexto do desenvolvimento rural, o que lhes permite a participação.

Entre os novos significados que são incorporados nas atribuições/funções dos chefes tradicionais, destacam-se os seguintes:

- A terra é tida como fonte de existência, não só no sentido de fixação de residência e produção para o sustento, mas também no sentido de construção de infra-estruturas ou realização de empreendimentos visando o melhoramento das condições de vida das comunidades: escolas, postos de saúde, fontanários, desminagem, etc. Daí, a necessidade de pedido de autorização ao chefe antes de qualquer uso da terra por parte das ONG's e outros organismos ligados ao desenvolvimento rural;
- A resolução de conflitos não como um fim em si mesmo, mas como um meio, através da busca de paz social, que possibilita uma maior capacidade de auto-organização das comunidades, no contexto do desenvolvimento rural;
- A oferenda do sacrificio público, não só como algo que se limita à fertilidade da terra, através do pedido de chuva, mas também como algo de

fundamental nos processos de reabilitação/construção de infra-estruturas, no âmbito do desenvolvimento rural, servindo o sacrifício como um meio, através do qual, as obras a serem levadas a cabo são apresentadas aos antepassados a quem se pede o sucesso;

O processo de incorporação de novos significados às atribuições/funções dos chefes tradicionais representa, em última análise, uma negociação, recriação, reinterpretção do poder/autoridade tradicional, enfim da própria tradição. No nosso entender, é através deste processo que os chefes tradicionais entram e participam no desenvolvimento rural.

A participação dos chefes a que nos estamos a referir, representa, do ponto de vista simbólico, uma referência importante para as comunidades, em virtude do poder/autoridade que os chefes possuem e a faculdade de influência e mobilização que daí decorre. Quer dizer, a maneira como os chefes tradicionais participam no processo do desenvolvimento rural tem uma influência significativa na maneira como as suas comunidades participam no processo. A pesquisa mostrou, por exemplo, que nas povoações onde a participação dos chefes tradicionais se guia mais pela lógica de assistencialismo, a participação das comunidades é marcada por exigências de contrapartidas, em termos monetários ou materiais (este é o caso do regulado Chidanga) e naquelas povoações onde os chefes se guiam menos pela lógica de assistencialismo, as comunidades participam sem exigências de contrapartidas.

Nesta ordem de ideias, os chefes tradicionais têm um papel importante no processo do desenvolvimento rural, não só pelo facto de constituírem uma referência simbólica para as suas comunidades, mas também, e sobretudo, pelo facto de serem capazes de recriar, negociar as suas atribuições/funções, e com elas a tradição, no contexto dos discursos e práticas do desenvolvimento, tal como mostrou a pesquisa. Contudo, trata-se duma recriação fortemente influenciada pelo contexto cultural, político e económico local. Neste sentido, pensamos que os resultados preliminares da nossa pesquisa corroboram a tese de Myers e West<sup>125</sup>, segundo a qual a tradição está continuamente a ser negociada na sociedade rural moçambicana.



Este estudo sugere, igualmente, que os chefes tradicionais participam de maneiras diferentes no processo do desenvolvimento rural, pois enquanto uns (regulado Chidanga) exigem contrapartidas, outros (regulado Tsotse) têm uma atitude inversa. Contudo, a nossa pesquisa, tal como foi concebida, não conseguiu explicar o porquê da existência de atitudes contrárias nestes dois regulados. Este facto, no plano teórico, traz um aspecto importante que merece a nossa consideração. Nós pensamos que o estudo mostra que a perspectiva teórica fundamental que usámos neste trabalho – a análise situacional – consegue explicar princípios gerais do comportamento dos actores perante situações concretas, ao dizer que eles agem situacionalmente, mas não é capaz de explicar o que condiciona as escolhas individuais em circunstâncias específicas. Chegados a este ponto, pensamos que mais do que encontrar conclusões para o nosso estudo, o trabalho abre-nos pistas de reflexão para as próximas etapas. Neste sentido, entre os aspectos que julgamos ser importantes e, por isso mesmo, a ter em consideração nos próximos trabalhos ligados ao tema, destacam-se os seguintes:

- Procurar trazer ao de cima as representações que os chefes tradicionais têm do desenvolvimento, por forma a ajudar a perceber melhor as suas escolhas, em termos de comportamento/reacções, em circunstâncias específicas de projectos de desenvolvimento;
- Ver até que ponto é que, na área do desenvolvimento rural, as intervenções estatais anteriores, junto das comunidades, influenciam as lógicas e estratégias de actuação dos chefes tradicionais em projectos do desenvolvimento rural;
- Analisar as relações/interacções que se dão no interior do grupo dos chefes tradicionais e suas implicações em projectos específicos do desenvolvimento rural;
- No tocante à metodologia, realizar um trabalho de campo, com permanência prolongada no terreno, procurando abranger mais localidades e distritos da mesma zona ou de zonas diferentes do país, por forma a se poder fazer um estudo comparativo, que permita chegar a conclusões mais consistentes.

---

<sup>125</sup> MYERS, Gregory & WEST, Harry, Op. Cit.

**BIBLIOGRAFIA**

ACNUR/PNUD, 1997, *Perfis de Desenvolvimento Distrital. Distrito de Cheringoma. Província de Sofala*, Maputo.

ARPAC, 1993, *Relatório de Investigação Referente ao Tema - Poder Tradicional: O Caso do Régulo Luis, no 20º Bairro Aeroporto - Muávi*, Beira.

ARTUR, Domingos do Rosário (Editor), 1999, *Tradição e Modernidade. Que Lugar Para a Tradição Africana na Governação Descentralizada de Moçambique?* Maputo: Projecto de Descentralização e Democratização (PDD), Ministério da Administração Estatal.

ARTUR, Domingos do Rosário, 1995, *Relatório de Pesquisa Sobre o Tema - Poder Tradicional. O Papel do Régulo no Processo de Democratização Multipartidária em Moçambique: o Caso da Província de Manica*, Chimoio: ARPAC.

BALANDIER, Georges, 1971, *Sens et Puissance*, Paris: Presses Universitaires de France.

BIROU, Alain, 1982, *Dicionário de Ciências Sociais*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

BOLETIM DA REPÚBLICA, I Serie – Número 24, Decreto nº 15/2000 de 20 de Junho.

BOLETIM INFORMATIVO DO JUBILEU 2000, Junho de 2000, "*Factos e Actos*". *Campanha Moçambicana*, Maputo.

BUAKASA, Gérard, 1996, *Réinventer l'Afrique. De la Tradition à la Modernité au Congo-Zaire*, Paris: l'Harmattan.

CASAL, Adolfo Yanes, 1996, *Antropologia e Desenvolvimento. As Aldeias Comuns de Moçambique*, Lisboa: Ministério da Ciência e Tecnologia, Instituto de Investigação Científica Tropical.

CASTELO-BRANCO, Carlos Nuno, 1995, "Opções Económicas de Moçambique, 1975 -1995: Problemas, Lições e Ideias Alternativas" in MAZULA, Brazão (Ed.), *Eleições, Democracia e Desenvolvimento*, Maputo: Inter-Africa Group, pp. 581 - 636.

De BRITO, Luís, 1991, *Le Frelimo et la Construction de l'Etat National au Mozambique. Le Sens de la Référence au Marxisme (1962 - 1983)*, Paris: Université de Paris VIII (Tese de Doutoramento).

De CASTRO, Ana Maria e DIAS, Edmundo Fernandes (org.), 1992, *Emile Durkheim, Max Weber, Karl Marx e Talcott Parsons. Introdução ao Pensamento Sociológico*, S. Paulo: Editora Moraes Lda, nona edição.

DIALLO, Tirmiziou, 1999, "Tradição e Modernidade na Democracia Africana: Algumas Reflexões" in ARTUR, Domingos do Rosário (Editor), *Tradição e Modernidade. Que Lugar Para a Tradição Africana na Governação Descentralizada de Moçambique?*, Maputo: Projecto de Descentralização e Democratização (PDD), Ministério da Administração Estatal.

DIAS, Saul, 1981, *Glossário Toponímico, Histórico-Administrativo, Geográfico e Etnográfico [de Moçambique]*, Lisboa (sem editora).

FORTES, M. et EVANS-PRITCHARD, E.E., 1964, *Systèmes Politiques Africains*, Paris: Presses Universitaires de France.

GAVENTA, John and VALDERRAMA, Camilo, 1999, *Participation, Citizenship and Local Governance. Background note Prepared for Workshop on 'Strengthening Participation in local Governance'*, London: Institute of Development Studies.

GEFFRAY, Christian, 1990, *La Cause des Armes au Mozambique. Anthropologie d'une Guerre Civile*, Paris: Karthala.

GLUCKMAN, Max, 1955, *Custom and Conflict in Africa*, Oxford: Basil Black Well.

GLUCKMAN, Max, 1987, "Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna" in FELDMAN-BIANCO, Bela (org.), *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*, São Paulo: Global Universitária, pp.227 – 305.

GTZ, 1999, *Plano Distrital de Cheringoma (Diagnóstico)*, Inhaminga: Administração Distrital de Cheringoma.

GTZ/INDER/PRRS, 1998, Relatório de Actividades do Mês de Maio de 1998, Inhaminga: Administração Distrital de Cheringoma.

GTZ/PRODER, 29/07/1998, *Interim Report on CMA concept Development, community Facilitators Training and Community Mobilisation*, Inhaminga: Administração Distrital de Cheringoma.

HOBBSAWM, Eric, 1984, *A Invenção das Tradições*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ISAACMAN, Allen, 1987, "Régulos, Diferenciação Social e Protesto Rural: o Regime de Cultivo Forçado do Algodão em Moçambique 1938 - 1961" in *Revista Internacional de Estudos Africanos* nº 6 - 7, Lisboa.

KI-ZERBO, Joseph (dir), 1992, *La Nette des Autres. Pour un Développement Endogène en Afrique*, Dakar: CODESRIA.

LAN, David, 1985, *Guns & Rain. Guerrillas & Spirit Mediums in zimbabwe*, London, James Currey Ltd.

LUNDIN, Irae e MACHAVA, Francisco (eds), 1995, *Autoridade e Poder Tradicional, Vol I*, Maputo: Ministério da Administração Estatal.

LUNDIN, Irae e MACHAVA, Francisco (eds), 1998, *Autoridade e Poder Tradicional, Vol. II*, Maputo: Ministério da Administração Estatal.

MACIA, Manuel José, 1997, *Visões do Poder em Moçambique: Estudo sobre o Tradicional e o Moderno numa Vila Rural do Sul do País. Dissertação Apresentada como Requisito para a Obtenção de Grau de Mestre em Sociologia*, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia (Dissertação de Mestrado).

MATSINHE, Cristiano, 1999, *Abordagens Desenvolvimentistas: Ainda sobre Cultura Cívica e Ethos Social*, Rio de Janeiro: IFICS/PPGSA/UFRJ.

MITCHELL, J. Clyde, 1971, *The Yao Village. A Study in the Social Structure of a Malawian People*, Manchester: Manchester University Press.

MITCHELL, J. Clyde, 1987, *Cities, Societies, and social Perception. A Central African Perspective*, New York: Oxford University Press.

MYERS, Gregory & WEST, Harry, 1992, "Legitimidade Política a Nível Local e a Segurança de Posse de Terra em Moçambique" in Revista Extra nº 10, Maputo.

NEWITT, Malyn, 1995, *A History of Mozambique*, London: C. Hurst & Co.

O'LAUGHLIN, Bridget, 1992, "A Base Social da Guerra em Moçambique. Análise de 'A Causa das Armas em Moçambique', *Antropologia de uma Guerra Civil*, de C. Geffray, Paris: CREDU-Karthala, 1990" in Estudos Moçambicanos, Maputo: Centro de Estudos Africanos, nº 10, pp. 107 – 142.

OLIVIER DE SARDAN, J.P., 1997, *Anthropologie et Développement. Essai en Socio-anthropologie du Changement Social*, Paris: Karthala.

ONTITA, E.G., 1991, *The Role of Village Headmen in rural Development*, in CHITERE, Orieko & MUTISO, Roberta, *A Participatory Research in Kenya*, Nairobi: Nairobi University Press.

OSAGHAE, Eghosa (ed.), 1994, *Between State and Civil Society. Perspective on Development*, Dakar: CODESRIA.

PORTUGAL, Ministério do Ultramar, 1933, *Reforma Administrativa Ultramarina/Ministério das Colónias*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.

PRETTY, Jules et al, 1995, *A Trainer's Guide for Participatory Learning and Action*, London: International Institute for Environment and Development.

SCHONHUTH, Michael (ed.), 1991, *The Socio-Cultural Dimension in Development: The contribution of Sociologists and Social Anthropologists to the Work of Development Agencies*, Eschborn: GTZ.

SCOTT, John (ed.), 1994, *Power: Critical Concepts*, London: Routledge.

SILVA, Benedicto et al, 1986, *Dicionário de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: Editora de Fundação Getúlio Vargas.

VAN VELSEN, J., 1987, "A Análise Situacional e o Método de Estudo de Caso Detalhado" in FELDMAN-BIANCO, Bela (org.), *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*, São Paulo: Global Universitária, pp.345 – 374.

WEIMER, Bernhard, 1999, "Tradição e Modernidade em Moçambique. Elementos e contexto do Debate" in ARTUR, Domingos do Rosário (editor), *Tradição e Modernidade. Que Lugar Para a Tradição Africana na Governação Descentralizada de Moçambique?*, Maputo: Projecto de Descentralização e Democratização (PDD), Ministério da Administração Estatal.

WEST, Harry G., 1998, March, 'This Neighbor is not my Uncle!': *Changing Relations of Power and Authority on the Mueda Plateau*, in *Journal of South African Studies*, Vol. 24, n 1.

WOLFENSOHN, James D., 2000, "Prefácio" in *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1999/2000*, Washington: Banco Mundial.

WORLD BANK, 1995, *World Bank Participation Source book. Environment  
Departement Papers Participation Series*, Washington, D.C.: World Bank.

**ANEXOS**

## **Guião de Entrevistas (Tópicos)**

### **a) Para os Chefes Tradicionais**

1. Identificação do entrevistado;
2. Um historial ligado ao cargo que desempenha na comunidade;
3. Acções que, como chefe tradicional, tem levado a cabo para o melhoramento da vida da comunidade. Como faz; dificuldades que tem enfrentado;
4. A relação com as comunidades em actividades ligadas ao desenvolvimento; as dificuldades que existem nessa relação e como têm sido superadas;
5. A relação com as ONG's, Governo e outros organismos que trabalham no desenvolvimento a nível da comunidade ou do distrito; as dificuldades existentes nessas relação e como têm sido ultrapassadas;
6. Participação em projectos do desenvolvimento; o que os chefes tradicionais fazem concretamente e como fazem;
7. A relação com outros chefes tradicionais em actividades ligadas ao desenvolvimento; dificuldades e como têm sido ultrapassadas;
8. As ONG's, Governo e outros organismos a trabalhar no distrito têm ou não o hábito de consultar os chefes tradicionais antes e durante a implementação dos projectos do desenvolvimento.

**b) Para ONG's, Governo e outros organismos a trabalhar no distrito**

1. Identificação do entrevistado;
2. Há quanto tempo é que a organização trabalha no distrito e o que é que faz concretamente;
3. A relação com os chefes tradicionais em actividades ligadas ao desenvolvimento; dificuldades nessa relação e como têm sido ultrapassadas; aspectos importantes para o melhoramento do envolvimento dos chefes tradicionais no desenvolvimento rural;
4. A relação com as comunidades; dificuldades e como têm sido ultrapassadas; aspectos importantes para o melhoramento do envolvimento das comunidades em actividades ligadas ao desenvolvimento;
5. Opinião acerca da participação dos chefes tradicionais no desenvolvimento, a nível do distrito.

**c) Para membros das comunidades**

1. Identificação do entrevistado;
2. A povoação do entrevistado e quais as ONG's ou outros organismos que lá trabalham em actividades ligadas ao desenvolvimento; o que fazem, como fazem;
3. Quantas vezes já participou em em actividades do desenvolvimento na sua povoação; o que fez; como foi;
4. Actividades que a sua comunidade em levado a cabo para o melhoramento das condições de vida na povoação; quem os que organizam as actividades; como organizam;
5. O nome do chefe tradicional da sua povoação; o que pensa do poder/autoridade do chefe da sua povoação;

6. Actividades que o chefe tradicional da sua povoação tem levado a cabo para melhoramento das condições de vida da comunidade;
7. A relação do seu chefe tradicional com a sua comunidade em actividades do desenvolvimento; dificuldades nessa relação e como têm sido ultrapassadas.

## **Lista dos Entrevistados**

### **I – Chefes Tradicionais**

**Chidanga** (João Nyamizinga): Régulo

Data da entrevista: 25 / 02/ 01

Local: Cheringoma

**Khenesy Suleimane**: Fumo

Data da entrevista: 25/ 02/ 01

Local: Cheringoma

**Domingos Chante**: Fumo

Data da entrevista: 25/ 02/ 01

Local: Cheringoma

**Rosa Inhaminga**: Sapanda

Data da entrevista: 27/ 02/ 01

Local: Cheringoma

**Tomo**: Fumo

Data da entrevista: 28/ 02/ 01

Local: Cheringoma

**Chide**: Sapanda

Data da entrevista: 01/ 03/ 01

Local: Cheringoma

**Baera: Fumo**

Data da entrevista: 01/ 03/ 01

Local: Cheringoma

**Swere: Sapanda**

Data da entrevista: 03/ 03/ 01

Local: Cheringoma

**Alberto Gudo: Fumo**

Data da entrevista: 03/ 03/ 01

Local: Cheringoma

**Lourenço Dauce: Fumo**

Data da entrevista: 04/ 03/ 01

Local: Cheringoma

**Tsotse: Régulo**

Data da entrevista: 05/ 03/ 01

Local: Cheringoma

**Xanaze Tsotse: Sapanda**

Data da entrevista: 10/ 03/ 01

Local: Cheringoma

## **II – ONG's, Governo e outros organismos**

**Sozar: Chefe da secretaria da Administração distrital**

Data da entrevista: 21/ 02/ 01

Local: Cheringoma

**Charles e Cecília:** Funcionários da GTZ e Amai Apa Banda, respectivamente

Data da entrevista: 23/ 02/ 01

Local: Cheringoma

**Eamon:** Padre católico da Missão da Igreja Católica local

Data da entrevista: 02/ 03/ 01

Local: Cheringoma

**Domingos Tomocene:** Administrador do Distrito

Data da entrevista: 09/ 03/ 01

Local: Cheringoma

**Joaquim Manuel:** Agente do desenvolvimento comunitário da GTZ

Data da entrevista: 12/ 03/ 01

Local: Cheringoma

**Rogério Siteo:** Jornalista do “Notícias”

Data da entrevista: 26/ 04/ 01

Local: Maputo

### **III – Membros das comunidades**

**Grupo de 7 homens e 12 mulheres do regulado Chidanga:** População

Data da entrevista: 28/ 02/ 01

Local: Cheringoma

**Mateus Mesa:** Professor primário

Data da entrevista: 08/ 03/ 01

Local: Cheringoma



SECRETARIADO TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO ELEITORAL

RESULTADOS "PRESIDENCIAIS"

Pres. IX-13  
SOFALA

PROVÍNCIA: SOFALA

DISTRITO: CHEMBA

Num. Mesa	Posto Admin	Localidade	Bolet. Urna	Eleit. Recen	Chis-sano	Dhia-kama	Dias	Jequê	Nharrit amb	Mae helo	Reis	Sibin dy	Kamall Arouca	Cam pira	Ripua	Votos validos	Branços	Nulos	Total votantes	Abst enc.	Erros de SOMA				
1	2	2a	3	4	5											6	7	8	9	10	A B C D				
Totais Distr:			12.471	15.507	404	8.625	116	30	89	41	337	184	74	91	303	10.620	786	1.097	12.471	3.151					
Distrito: CHEMBA			Número de mesas: 19													totais recalculados ==>>>					10.576		12.459	3.048	

PROVÍNCIA: SOFALA

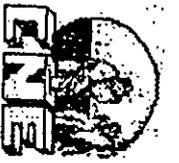
DISTRITO: CHERINGOMA

Num. Mesa	Posto Admin	Localidade	Bolet. Urna	Eleit. Recen	Chis-sano	Dhia-kama	Dias	Jequê	Nharrit amb	Mae helo	Reis	Sibin dy	Kamall Arouca	Cam pira	Ripua	Votos validos	Branços	Nulos	Total votantes	Abst enc.	Erros de SOMA				
1	2	2a	3	4	5											6	7	8	9	10	A B C D				
3668	INHAMINGA	ESCOLA SECUNDARIA	86	93	4	68	1	0	0	0	0	0	1	0	0	75	4	7	86	19					
6210	MACHUEROZA	MACHUEROZA	878	1013	11	739	7	2	0	0	18	13	1	2	1	802	9	65	878	135					
5211	MAUANGOSA	ADMINISTRAMAIO DE MOLAIBIC	805	1014	8	632	3	1	2	3	10	9	0	0	1	679	28	96	805	209					
5213	NANGUE	ESCOLA PRIMARIA DE NANGUE	575	607	6	485	1	0	0	1	20	5	6	3	5	537	7	28	575	42					
5216	INHAMINGA	CHITE	586	676	11	454	9	1	1	2	11	7	2	3	6	530	26	30	586	91					
5219	SEDE	P. S. KANKHOMBA	849	1046	33	528	17	2	6	3	16	15	5	4	8	672	72	105	849	197					
5221	INHAMINGA	CHERINGOMA	84	78	2	60	4	0	2	0	5	0	0	1	2	80	1	3	84	4					
5222	MAZAMBA	ESCOLA DE MAZAMBA	587	609	5	518	1	0	0	1	3	2	3	1	6	547	10	30	587	38					
5226	INHAMINGA	ESCOLA S. 17 DE OUTUBRO	832	1000	24	633	5	1	5	4	16	13	2	4	4	727	48	57	832	177					
5226	INHAMINGA	INHAMINGA	857	1000	22	637	18	1	5	6	21	8	2	5	7	755	42	60	857	143					
5227	INHAMINGA	ESCOLA S. 17 DE OUTUBRO	765	1000	42	618	9	2	3	5	12	11	0	2	2	724	19	22	765	235					
5228	SEDE INJANGA	INHAMINGA	216	240	7	186	1	0	0	0	4	0	0	0	1	207	8	1	216	24					
Totais Distr:			7.120	8.376	175	5.558	76	10	24	21	136	83	22	25	43	6.335	274	504	7.120	1.314					
Distrito: CHERINGOMA			Número de mesas: 12													totais recalculados ==>>>					6.335		7.113	1.263	

PROVÍNCIA: SOFALA

DISTRITO: CHIBABAVA

Num. Mesa	Posto Admin	Localidade	Bolet. Urna	Eleit. Recen	Chis-sano	Dhia-kama	Dias	Jequê	Nharrit amb	Mae helo	Reis	Sibin dy	Kamall Arouca	Cam pira	Ripua	Votos validos	Branços	Nulos	Total votantes	Abst enc.	Erros de SOMA				
1	2	2a	3	4	5											6	7	8	9	10	A B C D				
3748	MARIQUE	MODE	907	1000	22	632	24	1	2	2	28	35	9	9	15	809	32	57	907	93					
Totais no Edital																									
Distrito: CHIBABAVA																									



SECRETARIADO TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO ELEITORAL

RESULTADOS "LEGISLATIVAS"

PROVÍNCIA: SOFALA

DISTRITO: CHEMBA

1	2	3	4	5											Totais no Edital				Erros de SOMA							
Num. Mesa	Posto Admin	Bolet. Urna	Eleit. recen	FRELI MO	RENA MO	UD	AP	UNA MO	PT	FUMO PCD	SOL	PIMO	PRD	PA CODE	PA DEMO	PPPM	PCN	Votos validos	Branços	Nulos	Total votantes	Abst. enc.	A	B	C	D
	<b>totalis distr.</b>	12.483	15.507	286	8.988	77	70	0	28	39	178	156	133	114	83	73	59	10.332	1.110	1.089	12.483	3.140				
																		<b>totalis recalculados ==&gt;&gt;</b>								
<b>Distrito: CHEMBA</b>																		10.284			12.483	3.024				

PROVÍNCIA: SOFALA

DISTRITO: CHERINGOMA

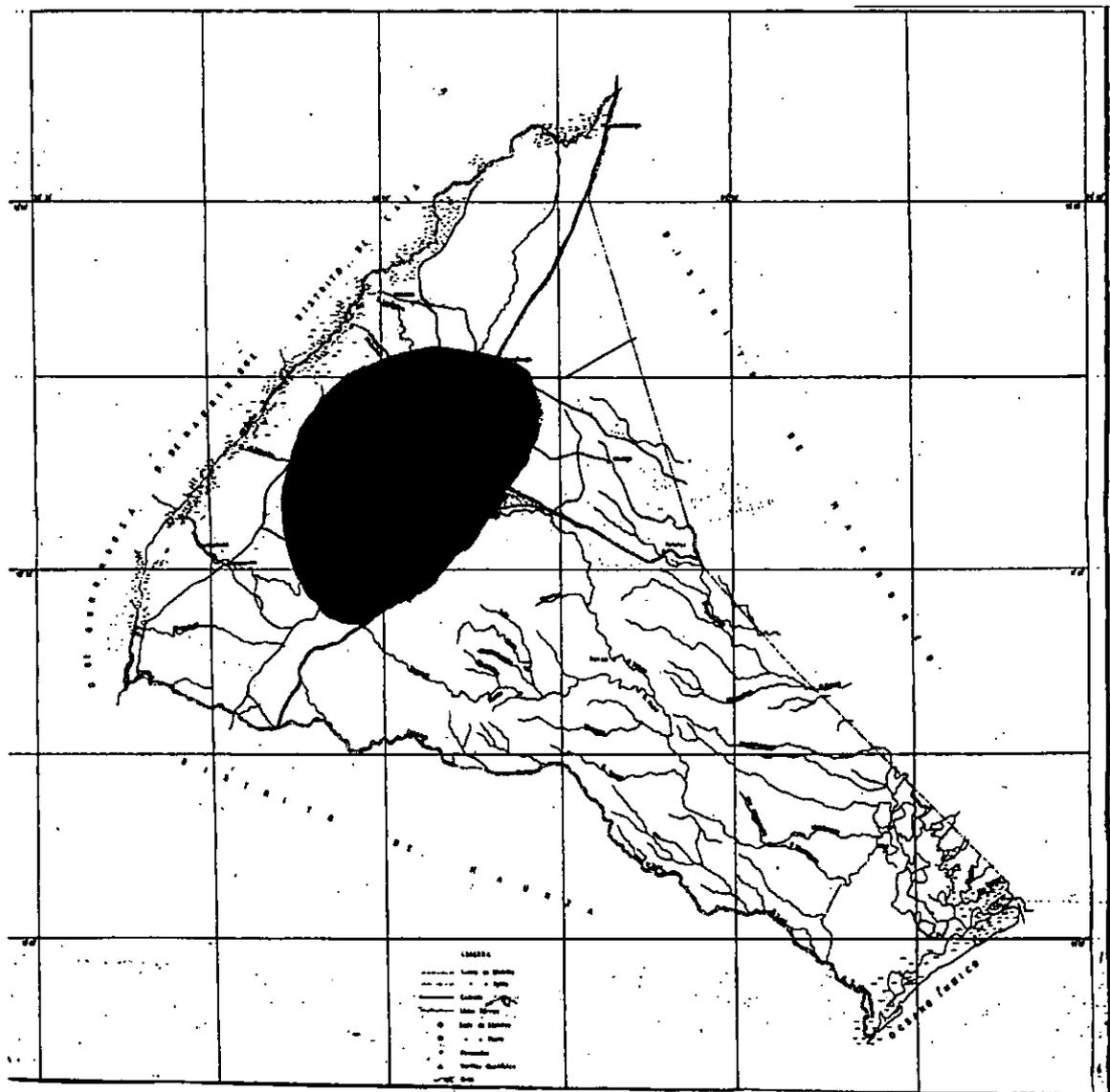
1	2	3	4	5											Totais no Edital				Erros de SOMA														
Num. Mesa	Posto Admin	Bolet. Urna	Eleit. recen	FRELI MO	RENA MO	UD	AP	UNA MO	PT	FUMO PCD	SOL	PIMO	PRD	PA CODE	PA DEMO	PPPM	PCN	Votos validos	Branços	Nulos	Total votantes	Abst. enc.	A	B	C	D							
3668	INHAMANGA	86	93	3	70	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	74	8	4	86	7	0	0	0	0							
5210	MACIMBOZA	878	1.013	5	785	1	2	0	0	1	0	3	2	3	0	0	1	603	12	63	678	135	0	0	0	0							
5211	MAUABOZA	805	1.014	3	667	1	1	0	0	1	1	2	5	1	0	1	1	684	41	80	805	209	0	0	0	0							
5213	NAANGUE	575	607	3	518	1	0	0	1	0	2	1	1	7	1	1	0	536	10	29	575	42	0	0	0	10							
5216	INHAMANGA	584	676	10	494	0	1	0	0	0	5	5	6	7	3	2	0	533	19	32	584	92	0	0	0	0							
5219	SEDE	830	1.046	22	583	6	3	0	2	2	7	6	13	6	2	6	4	662	68	100	830	216	0	0	0	0							
5221	INHAMANGA	84	78	2	73	0	3	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	81	1	2	84	4	0	0	0	10							
5222	MAZABA	587	609	3	533	0	1	0	1	0	1	1	9	4	0	2	0	555	8	24	587	38	0	0	0	18							
5226	INHAMANGA	832	1.000	16	658	6	3	0	1	0	4	4	8	3	4	2	1	710	54	68	832	168	0	0	0	0							
5226	INHAMANGA	857	1.000	10	682	5	7	0	3	2	7	5	11	6	2	1	4	745	50	62	857	143	0	0	0	0							
5227	INHAMANGA	764	1.000	23	645	3	7	0	1	2	4	10	6	2	3	2	1	709	24	31	764	236	0	0	0	0							
5228	SEDE INHAMANGA	216	240	4	197	0	1	0	0	0	0	3	1	0	0	0	0	206	8	2	216	24	0	0	0	0							
<b>totalis distr.</b>		7.098	8.376	104	5.905	23	30	0	9	8	32	41	63	39	15	17	12	6.298	303	497	7.098	1.314											
<b>Distrito: CHERINGOMA</b>																		<b>totalis recalculados ==&gt;&gt;</b>				6.298				7.098				1.278			
<b>Número de mesas: 12</b>																																	

PROVÍNCIA: SOFALA

DISTRITO: CHIBABAVA

1	2	3	4	5											Totais no Edital				Erros de SOMA							
Num. Mesa	Posto Admin	Bolet. Urna	Eleit. recen	FRELI MO	RENA MO	UD	AP	UNA MO	PT	FUMO PCD	SOL	PIMO	PRD	PA CODE	PA DEMO	PPPM	PCN	Votos validos	Branços	Nulos	Total votantes	Abst. enc.	A	B	C	D
3748	MURROCE	907	1.000	7	740	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	82	5	5	92	3	0	0	0	0
<b>Totais no Edital</b>																										
<b>Erros de SOMA</b>																										





**Mapa do Distrito de Cheringoma. O espaço pintado representa os regulados Chidanga e Tsose, local onde se realizou a pesquisa.**

Fonte: DINAGECA. Adaptação do autor.